

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

AARON FERNANDO DE PAULA

DOS QUE AQUI ESTAVAM PARA OS QUE AQUI ESTÃO

A região acima da Serra Dona Francisca e a negação da existência do
indígena no planalto norte catarinense

Florianópolis

2017

AARON FERNANDO DE PAULA

DOS QUE AQUI ESTAVAM PARA OS QUE AQUI ESTÃO

A região acima da Serra Dona Francisca e a negação da existência do indígena no planalto norte catarinense

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação da professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold.

Florianópolis
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Aaron Fernando de Paula, matrícula n.º13101854, entregou a versão final de seu TCC cujo título é DOS QUE AQUI ESTAVAM PARA OS QUE AQUI ESTÃO: A região acima da Serra Dona Francisca e a negação da existência do indígena no Planalto Norte Catarinense, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de abril de 2017.

Assinatura manuscrita em azul sobre uma linha horizontal.

Orientador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, Orientadora e Presidente, a Professora **Helena Alpini Rosa**, Titular da Banca, e Professor, Suplente, designados pela Portaria nº07/HST/17 da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Aaron Fernando de Paula**, subordinado ao título: **"DOS QUE AQUI ESTAVAM PARA OS QUE AQUI ESTÃO: A região acima da Serra Dona Francisca e a negação da existência do indígena no planalto norte catarinense"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, a nota final **7.0**, da Professora **Helena Alpini Rosa**, a nota final **7.0**, e do Professor **Cristiano Augusto Durat**, a nota final **7.0**; sendo aprovado com a nota final **7.0**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 31 de março de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.a **Ana Lúcia Vulfe Nötzold**

Prof.a **Helena Alpini Rosa**

Prof.**Cristiano Augusto Durat**

Candidato **Aaron Fernando de Paula**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família que sempre me apoiou e me deu o melhor possível, ensinando a ser honesto e correto com os outros. Se não fosse pelos meus pais, Orlando e Viviane, talvez eu não tivesse chegado até este ponto em minha graduação, ainda meus avós, irmãos, primos, tios e parentes que me deram forças a continuar mesmo quando o caminho parecia difícil.

Jefo, Riva meus primos, meus amigos, meus irmãos, obrigado pelo apoio sempre, obrigado pelas risadas e pelas horas de conversa, diversão e amizade, podem ter certeza que sem vocês e nossa amizade esse trabalho teria sido muito mais difícil de ser concluído. Ariel, Ariane e Gustavo, meus irmãos, hora legais e hora nem tanto, obrigado pelo respeito, apoio e por serem meus irmãos, cada um tem um pouquinho de crédito nesse trabalho.

Devo agradecer ainda ao professor que mais respeitei durante toda minha vida, mesmo antes de entrar para a faculdade, que mesmo não me ensinando uma matéria me ensinou o respeito, Antonio Carlos Contezini, meu professor de Karatê, obrigado por me ensinar que o caminho correto nem sempre é o mais fácil, por me ensinar a dar valor as coisas, as pessoas e ao esforço próprio, ao professor com todo respeito digo: OSS!

Obrigado a professora Ana Lúcia que acreditou em mim e me deu a chance de provar que sou digno e apto a fazer parte de sua equipe como bolsista de Iniciação Científica do Obeduc/ Capes/DEB/Inep, sempre me orientando e puxando minha orelha quando necessário, seu esforço para me auxiliar em minha graduação sempre será lembrado por mim. É claro obrigado ao LABHIN e todos seus membros, tanto os que estão quanto os que deixaram o laboratório, todos que tive contato me ensinaram muitas coisas, me auxiliaram quando iniciei minhas pesquisas na história indígena e me mostraram o verdadeiro valor da pesquisa. Obrigado aos membros da minha banca Helena, Cristiano e é claro a professora Ana Lúcia que aceitaram me auxiliar e fazer parte do meu ultimo passo na graduação.

Aos meus amigos da T.I. Xapecó/SC, os professores indígenas que tive contato nas saídas de campo do LABHIN, deixo o meu sincero obrigado, pelas experiências que pude vivenciar, pelas trocas e aprendizado que tive e ainda pelo grande respeito que adquiri para com os povos indígenas, assim me tornando com certeza um ser humano ainda melhor.

Gostaria de agradecer aos amigos com quem dividi casa por dois anos e meio, Claudio e Walter Hugo, vocês me deram grande apoio, sabendo que era minha primeira experiência longe de minha cidade natal e de minha família. Sem vocês tenho certeza que meu início na faculdade seria mais difícil, obrigado pela força, pela amizade e pelas risadas que sempre dávamos. Vocês sempre foram e sempre serão grandes amigos que não esquecerei jamais.

A um grande amigo devo fazer uma menção quase que honrosa, Jean, meu melhor amigo desde o ensino médio. Foi seu apoio que sempre me deu forças para acreditar que eu seria capaz de seguir em frente, nossas conversas e risadas sempre foram o melhor remédio contra o mau humor e contra tempos difíceis. Paula minha comadre, obrigado por me aturar na casa de vocês até depois da meia noite, conversando com o Jean e não deixando vocês dormirem e é claro meu afilhado Vitor que mesmo com pouca idade me faz sorrir sempre que vou visitá-los, o padrinho te ama!

A meu novo grande amigo, Nathan, obrigado por entrar em minha vida e me desculpe pelas pisadas na bola. Seu companheirismo me deu forças sempre, obrigado pelas vezes que me ajudou a estudar, sem sua força ainda teriam algumas matérias por fazer na faculdade. Agradeço por nossos caminhos terem se cruzado, não houve maior força e incentivo nessa faculdade que os vindos de você, ainda obrigado por me apresentar o LABHIN e me auxiliar nas minhas primeiras pesquisas dentro da História Indígena, esses quatro anos de amizade tem sido fantásticos.

Obrigado ao Jeferson, com quem divido apartamento juntamente com o Nathan, pelas horas de conversa e por cada café que tomamos durante esse um ano e meio de convivência sob o mesmo teto, a e ainda obrigado por me ensinar tanto sobre Rochas! Ao Arthur Carpenedo, amigo que fiz durante o tempo de faculdade e que visita constantemente nossa casa digo obrigado pelas risadas, pelas dicas, pelos conselhos e continue a nos visitar. Agradeço a minha grande amiga que fiz aqui em Florianópolis, Tamiris Matos que me ajudou muito nos momentos difíceis, principalmente nas fortes gripes me dando remédio e ainda me aconselhando sempre que precisei.

Aos novos e velhos amigos que sempre foram presentes, obrigado de coração por toda a força. Aos pinga pura, o grupo de amigos que ajudei a formar, vocês são demais galera. Muitas risadas e sinuca, muitas grandes amizades formadas ali, Jeison, Lucas, Almir, Kleiton, Nato, Rafael, Josimar, Wiliam, valeu por cada diversão.

Um sincero obrigado aos meus mais novos compadre e comadre, Jean e Jessica e ainda a minha afilhada que está por vir Mirella, obrigado por todo o apoio e amizade verdadeira e que venha com muita saúde seu rebento ao mundo.

Por fim e não menos importante, um sincero e especial agradecimento a pessoa que esteve ao meu lado, me apoiou, me deu força e aguentou toda a barra do processo de TCC ao meu lado. Melissa, obrigado pela paciência e pelas noites em claro que passou ao meu lado, me ajudando e me mantendo focado no trabalho. Senhor Carlinhos e Dona Vânia, obrigado pela tranquilidade de seu lar e por sua linda mesa da cozinha que muito me auxiliou durante todo meu TCC.

RESUMO

A colonização da região acima da serra se deu pelos povos europeus que, vieram para o Brasil, principalmente a partir de 1850 apoiados nas políticas de povoação das áreas consideradas férteis e sem utilização. Vinham com família, amigos e parentes atrás de um novo recomeço, o que não sabiam é que essa terra já tinha donos e moradores que não precisavam de escrituras e pedaços de papéis para saberem que eram donos daquela terra. O governo, no entanto não entendia da mesma maneira e apoiou o processo de colonização, assim vendendo essas mesmas terras aos colonos que ao Brasil chegaram, os indígenas que ali habitavam começaram a ser empurrados para fora de seus territórios, ficando com cada vez menos espaço para viverem. Na atual cidade de São Bento do Sul o mesmo aconteceu, quando fundada a localidade no alto da serra em construção, que posteriormente se chamaria Serra Dona Francisca. A Serra era um importante ponto de ligação entre Planalto Norte e Vale do Itajaí, tendo essa a mesma importância para o povo Xokleng/Laklãnõ que praticava o nomadismo sazonal, transitando entre as duas regiões. O contato com o indígena nessa região é invisibilizado ou mesmo deixado de lado, assim deixando oculta a existência dos mesmos e reforçando o discurso do vazio demográfico. Este estudo buscou através de relatos e documentos afirmar e mostrar a presença do indígena na região e que esse era um território dos mesmos por muitas gerações, que sua história lhes foi negada e oculta pelos historiadores quando falam da região, assim os limitando a meros espectadores de sua própria história.

Palavras-chave: Xokleng/Laklãnõ, colonização, São Bento do Sul, Serra Dona Francisca, Invisibilidade.

Abstract

The colonization of the region above the mountains occurred by the European peoples who came to Brazil, mainly from 1850 supported by the policies of settlement of the areas considered fertile and unused. They came with family, friends, and relatives after a fresh start. What they did not know was that the land already had owners and residents who did not need scriptures and pieces of paper to know that they owned the land. The government, however, did not understand in the same way and supported the colonization process, thus selling these same lands to the settlers who arrived in Brazil, the natives who lived there began to be pushed out of their territories, with less and less space To live. In the present city of São Bento do Sul the same happened, when founded the locality in the high mountain of construction, that later would be called Serra Dona Francisca. The Serra was an important point of connection between the North Plateau and the Itajaí Valley, and this was equally important for the Xokleng / Lakhanno people who practiced seasonal nomadism, passing between the two regions. The contact with the indigenous in this region is invisible or even left aside, thus leaving hidden their existence and reinforcing the discourse of the demographic void. This study sought through reports and documents to affirm and to show the presence of the indigenous in the region and that this was a territory of the same for many generations, that their history was denied them and hidden by the historians when they speak of the region, thus limiting them to mere spectators Of its own history.

Keywords: Xokleng/Laklanõ, colonization, São Bento do Sul, Serra Dona Francisca, Invisibility.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Microrregião do Alto Vale do Rio Negro.....	37
Figura 2. Estação Ferroviária de Serra Alta desativada, no município de São Bento do Sul/ SC.....	50

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
1 OS XOKLENG/LAKLÃNÕ.....	16
1.1 Hábitos e modo de vida	20
1.2 Os contatos, a pacificação e seus agentes.....	25
1.3 Misticismo, crenças e práticas espirituais.....	29
2 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO ACIMA DA SERRA.....	35
2.1 Terra natal dos colonos.....	37
2.2 Iniciando a nova vida em terras brasileiras.....	40
2.3 Primeiros anos da colônia agrícola de São Bento.....	44
2.4 Próspera e cresce a agora São Bento do Sul.....	48
3 DOCUMENTOS, RELATOS, LEIS E HISTÓRIAS SOBRE O CONTATO ENTRE COLONO E INDÍGENA.....	51
3.1 Leis e decretos que afetaram o modo de vida dos indígenas.....	52
3.2 Fatos documentados desde o início da colonização da região.....	57
3.3 Senhor Antonio e alguns relatos sobre o contato com os Xokleng/Laklãnõ no recém-fundado município de Campo Alegre.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco analisar os relatos e as marcas documentadas na história da região assim comprovando a existência do indígena no local, como essa presença foi notada e quais as reações do colono frente ao povo que ali vivia. Também pretende analisar a existência do povo indígena Xokleng/Laklãnõ anterior aos colonizadores e o contato negado até os dias atuais entre colonos e indígenas na região da Serra Dona Francisca, principalmente nas cidades de São Bento do Sul/SC e Campo Alegre/SC que por muito tempo corresponderam a uma única localidade.

As primeiras levas de colonos alemães começaram a entrar pelo ponto mais extremo do sul do território Xokleng/Laklãnõ, no Rio Grande do Sul, por volta de 1830. Ao mesmo tempo em que outros colonos alemães passam igualmente a se instalar na região do Rio Negro, exatamente na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina, também território Xokleng/Laklãnõ. Com a entrada destas frentes de colonização, os Xokleng/Laklãnõ já estavam impedidos de ocupar e até mesmo de penetrar boa parte dos seus territórios na regiões de campos, indo aos poucos se refugiar nas serras da Mata Atlântica. (CRENDO, 2015. p.12)

A relevância da região para os povos indígenas que utilizavam a Serra como ponto de ligação entre o Planalto Norte e o Litoral Catarinense, transitando com frequência por toda essa área.

Também se propõe a abordar a forma como o governo instruía os colonos a agirem diante dos indígenas, afugentando-os das terras dos colonos de maneira ostensiva e o abismo que foi criado entre ambos gradativamente, sempre lembrando que esse movimento não pode ser visto como uniforme. Havia exceções onde a convivência era menos conflituosa o possível gerando trocas de pequeno e médio porte, criando assim laços invisíveis de convivência mínima para que ambos os lados tivessem o menor número de baixas frente ao contato.

Utilizando historiadores locais como PFFEIFER e FICKER, que pesquisaram e documentaram diversos fatos através de relatórios, leis e documentos sobre a cidade, que abordam a história da região trabalhando com relatórios de província, cartas oficiais, arquivos públicos, entre outros, pretendo analisar o papel do indígena e o quanto são citados em tais documentos oficiais, a convivência e o conflito quando houver entre ambas as partes, as orientações dos órgãos públicos para os colonos e as medidas tomadas em caso de enfrentamentos. Utilizando os relatos do imigrante e

escritor regional, que em seus diários pessoais documentou todo o processo de colonização do qual fez parte Josef Zipperer, relatos esses que foram transformados no livro que utilizo como uma de minhas fontes para pesquisar os fatos ocorridos e documentados pelo mesmo na região, publicado no aniversário de 50 anos da cidade, após a morte do autor, com a autorização do filho que escreveu os capítulos finais, deixando os capítulos escritos pelo pai intactos era um diário de anotações pessoais de tudo que ocorria nos primeiros anos da colônia.

Analizando os trabalhos sobre os povos indígenas de pesquisadores como NÖTZOLD, WITMANN e SANTOS a pesquisa faz comparativos entre as trocas culturais e os valores empregados, utilizando também uma entrevista de história oral de um dos moradores mais velhos do local, que teve alguma vivência, contato e ainda que os pais e parentes diretos também tiveram esse contato com o povo indígena que habitava a região. Mais entrevistas seriam utilizadas, sendo posteriormente negada a utilização das mesmas pelas pessoas que deram as entrevistas, ficando assim contida em uma única entrevista a experiência do contato entre colonizador e indígena na região.

Quando iniciei o curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina, eu assim como, as pessoas da minha região imaginava que em Santa Catarina não existiam e nunca existiram indígenas. Quando fiz a matéria de História Indígena, a qual é ministrada pela professora Ana Lúcia Vulfe Nötzold descobri que sim, existiam indígenas em Santa Catarina e mais, existiam indígenas na região onde fica situada minha cidade natal.

Começou aí a ser construída uma ideia em minha cabeça, em conversas informais com pessoas da minha região todos diziam a mesma coisa: “Aqui nunca existiu índio não”. No decorrer de minha graduação pude entrar para o Laboratório de História Indígena (LABHIN) como bolsista de Iniciação Científica do OBEDUC/CAPES/DEB/INEP e me aprofundar ainda mais na pesquisa de minha região e sua ligação com os povos indígenas, estava mais do que convencido que deveria escrever algo sobre os indígenas na região acima da serra Dona Francisca, pois sou natural de São Bento do Sul/SC.

Como bolsista pude ajudar a desenvolver projetos como a briquedoteca na E.I.E.B Pinhalzinho, escola que fica dentro da terra indígena Xapecó, localizada entre os municípios de Ipuçu/SC e Entre Rios/SC. Com esse projeto pude ter maior contato com os professores e alunos da escola, indígenas do povo Kaingang. Como bolsista do LABHIN pude conhecer uma aldeia indígena pessoalmente, assim podendo melhor

compreender seu funcionamento e conhecer seus habitantes, criando laços de amizade e respeito com moradores da terra indígena. Pelas conversas que tive com os moradores, professores e alunos pude conhecer e compreender seu processo histórico e acrescentar aos meus estudos e pesquisas.

Como pesquisador tive a oportunidade de juntamente com um grande amigo também da temática indígena, Nathan Marcos Buba, escrever um artigo sobre o povo Xokleng/Laklãnõ no estado de Santa Catarina. O laboratório ainda me proporcionou conhecer pesquisadores da temática indígena, como Sandor Fernando Bringmann, Helena Alpini Rosa, Cristiano Durat, Carina dos Santos Almeida, Clovis Antonio Brighenti, assim somando para minha pesquisa.

Aquela frase que todos me diziam, não saía da minha cabeça: “Aqui nunca existiu Índio não”. Alguns diziam serem descendentes diretos dos primeiros colonizadores que foram para a região e outros diziam que tinham absoluta certeza que ali nunca houve nada quando a Colônia Agrícola de São Bento foi criada, dando assim origem mais tarde ao município de São Bento do Sul e posteriormente a mais dois municípios, sendo esses partes de seu território que foram emancipados. Atualmente São Bento do Sul possui um território de 496 Km², divididos em 418 Km² de área rural e 78 Km² de área urbana. Sua população segundo o censo do IBGE de 2012 é de 75.520 habitantes, tendo o indicador de IDH em 1,4 sendo o 22º município de Santa Catarina¹. Campo Alegre possui um território de 499,073 Km², sua população segundo o censo do IBGE de 2012 é de 11.748 habitantes, seu indicador IDH é de 0,714². Rio Negrinho possui uma área de 907,311 Km², sua população segundo o censo do IBGE de 2012 é de 39.846 habitantes, seu indicador IDH é de 0,738³.

A ideia de escrever um TCC sobre minha região sempre foi uma possibilidade para mim e quando descobri a paixão pela História Indígena e a possibilidade de unir os dois, ficou mais que claro que essa seria então minha meta, escrever sobre os contatos que havia entre indígenas e colonos para assim afirmar a existência do indígena na região durante e anteriormente a colonização de toda a região. Assim sendo escolhi o título do trabalho para aqueles que venham a ler possam entender a existência daqueles

1 http://www.saobentodosul.sc.gov.br/c/sao-bento-do-sul-em-dados#.V_AaeygrLIU Acesso em: 10/09/2016.

2 <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420330&idtema=16&search=santa-catarinalcampo-alegre> Acesso em: 10/09/2016.

3 <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421500&idtema=16&search=santa-catarinalrio-negrinho> Acesso em: 10/09/2016.

que ali estavam antes dos colonizadores, que chegaram abrindo picadas de mato e se instalando na região superior da serra.

Quando se faz um estudo sobre os povos indígenas alguns conceitos e pesquisadores são importantes de serem abordados, como Nacionalidade, o mesmo abordado por SEYFERTH. No qual explica a ideia da miscigenação atrelada a lei de terras de 1850 e a incorporação do imigrante como cidadão brasileiro, para a formação uma nova imagem nacional que atendesse aos interesses da elite política. SKIDMORE demonstra o branqueamento proposto na época, este sendo fator importante durante a imigração para o Brasil, unindo assim o a mão de obra imigrante ao desejo de um país de feições mais claras por parte da elite dominante do país, ai então excluindo aqueles que não se adequassem a política imposta.

Quando se trata de história oral alguns passos devem ser seguidos, como por exemplo, a escolha do entrevistado, o roteiro de perguntas, os resultados esperados e os resultados obtidos. CORRÊA contextualiza tais passos mostrando um caminho a seguir, assim podendo manter um bom nível de entrevista, para obter resultados que venham a somar na confecção da pesquisa. A importância dos relatos e como tratamos cada informação obtida são essenciais para a evolução e continuidade do estudo proposto.

Tratando-se de identidade, utilizo um pesquisador indígena, GAKRAN, que também é membro do povo Xokleng/Laklãnõ. Visando ter um entendimento do funcionamento de uma aldeia indígena do povo estudado e ainda ter uma maior proximidade da sua real condição como população devido ao pesquisador ser pertencente ao meio o qual pesquisa, podendo compreender melhor sua identidade. Utilizando os escritos de BITENCOURT que também fala sobre identidade indígena, e o descaso das elites para com os mesmos, desse modo lhes negando qualquer direito devido as políticas nacionais que vigoravam na época da colonização.

Este estudo está dividido em 3 capítulos. O capítulo 1 “Os Xokleng/Laklãnõ” contextualiza sobre o povo indígena que vivia na região, como eram seus costumes e como foi a reação dos mesmos aos primeiros contatos com o não indígena. O capítulo 2 “A colonização da região acima da serra” aborda a experiência do colono que veio para o Brasil, especificamente para o norte do estado de Santa Catarina, como foi a colonização na região acima da serra e como foram os primeiros anos da Colônia Agrícola de São Bento do Sul. O capítulo 3 “Documentos, relatos, leis e histórias sobre o contato entre colono e indígena” trás os indícios e documentos que mostram como foi o contato entre indígena e não indígena e que provam sua existência na região abordada.

CAPÍTULO 1 OS XOKLENG/LAKLÃÕ

O povo Xokleng/Laklãõ⁴ se concentra na região entre o Vale do Itajaí e Planalto Norte de Santa Catarina. São duas Terras Indígenas no estado, sendo essas a T.I. Ibirama/Laklãõ, localizada entre os municípios de José Boiteaux, Vitor Meireles, Dr. Pedrinho e Itaiópolis e a T.I. Rio dos Pardos localizada no município de Porto União. O povo é constituído por um número total de 2169 pessoas nessas duas terras. BRIGHENTI (2012, p.56) demonstra que “Na TI Rio dos Pardos vivem apenas 16 pessoas, ao passo que em Ibirama/Laklãõ a população soma 2.153 indivíduos. A TI Ibirama/Laklãõ organiza-se espacialmente em oito aldeias. Com uma organização política em torno do cacique geral e caciques regionais em cada aldeia”.

Atualmente, o povo Laklãõ/Xokleng, do estado de Santa Catarina, não passa de pouco mais de 2.000 mil pessoas, mas sua história tem mais de 4 mil. São um dos povos mais antigos do Brasil e também foi um dos mais massacrados. Habitantes dos planaltos no sul do Brasil, no fim do século XIX, sofreram genocídio pelos chamados bugreiros, pela ignorância e pela ideia do progresso. (GAKRAN, 2015, p.36)

Seu território histórico abrangia uma área na faixa do Sul do Brasil que vai de Curitiba/PR até Porto Alegre/RS. Até pouco tempo imaginava-se que esse povo apenas habitava a região do vale e serra catarinense, tal fato tem sofrido uma significativa mudança após varias famílias no Rio Grande do Sul terem se declarado como Xokleng/Laklãõ, revindicando terras naquele estado para assim manterem sua cultura e tradições vivas. Os indivíduos do povo Xokleng/Laklãõ são:

Do tronco linguístico ‘Macro-Jê’ e família linguística ‘Jê’, podemos afirmar que linguisticamente são parentes próximos dos Kaingang. A arqueologia não os distingue dos Kaingang, considerando como “Jê do Sul”.¹⁸ Foram denominados Botocudos, Aweicoma, Xocre, Xokleng, dentre outros. Foram tratados também de Tapuia e da mesma forma que os Kaingang compunham a população não Tupi da costa (BRIGHENTI, 2012, p.56).

⁴ Segundo a determinação da Associação Brasileira de Antropologia, utiliza-se o nome das populações Indígenas sempre no singular.

A maior concentração do povo está no estado de Santa Catarina e que suas duas terras estão localizadas em regiões consideravelmente próximas a cidade de São Bento do Sul/SC. Assim podemos perceber novamente que, se compararmos as T.Is. com o território histórico do povo Xokleng/Laklãnõ, vemos que a micro região do Alto Vale do Rio Negro está inserida dentro do mesmo, sendo assim o território de importância pela ligação entre planalto e vale.

Santos (1973, p.30) mostra que o povo recebeu muitas denominações através da história, sendo algumas delas “bugre”, botocudo, Xokleng. A denominação “bugre” é pejorativa e foi utilizada no sul do Brasil para denominar qualquer indígena, segundo MABILDE esse termo foi dado pelos primeiros brancos que ao avistarem os indígenas causaram-lhe espanto e então, os indígenas gritaram para avisar o resto do seu povo um som parecido com a palavra “bugre” (1983, p.07), já botocudo é empregado devido aos grandes enfeites labiais que os mesmo utilizavam em seus lábios chamados de botoque. O termo Laklãnõ é fruto da autodenominação, o qual os próprios indígenas aceitam como a mais apropriada para seu povo até os dias atuais, porque a mesma foi criada pelo próprio povo e hoje é incorporado o nome Xokleng:

Nessa pesquisa, a própria comunidade chegou a um consenso de autodenominar-se “Laklãnõ”, ou seja, ‘povo que vive onde nasce o sol’ ou ‘gente do sol’ ou ainda ‘povo ligeiro’. Entretanto, do ponto de vista linguístico, sugere-se que a tradução literal mais apropriada seja próxima de ‘os que são descendentes do Sol’. (GAKRAN, 2015 p.25)

Mesmo com a pesquisa pelos próprios indígenas e na busca da valorização de sua cultura, ambos os termos são denominações utilizadas até os dias atuais, juntas, separadas ou ainda com algumas variantes, sendo que cada pesquisador ou cada uma das aldeias, povos se apropriam da denominação que melhor lhes cabe, sendo utilizado por mim o termo Xokleng/Laklãnõ, por assim melhor abranger as denominações como um todo.

O sul do Brasil precisava de uma ligação entre Rio Grande do Sul e São Paulo. A área entre esses estados é a mesma área em que viviam os indígenas e o caminho das tropas foi o início dessa ligação, sendo criadas varias estâncias, estalagens e vilas ao longo desse caminho. Com o crescente número populacional, cada vez mais indo para o

interior do estado e ocupando novas áreas de terra, o contato entre indígenas e colonos torna-se inevitável e cada dia mais intenso. Como supracitado o caminho das tropas ligava o planalto ao litoral, por onde passavam os tropeiros com gado, mulas para o ciclo do ouro, o charque, a erva mate, entre outros:

Com o caminho das tropas, formou-se um longo curso de fazendas de invernada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorda de gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de pecuária paranaense e gaúcha. (MACHADO, 2004, p.61).

A área citada corresponde aos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e ainda parte do Rio Grande do Sul. Juntos esses três estados possuem um território equivalente a 577.214 km² de extensão⁵. Com uma área tão extensa por muito tempo era tranquila a locomoção dos povos indígenas da região sem maiores problemas, a vegetação densa os protegia, porém, não ficaram isentos dos contatos por muito tempo. As primeiras levas de imigrantes chegaram e começaram a abrir as matas e criar as vilas, fazendo assim os indígenas buscarem novos caminhos, rumos. Isto provocou a fuga dos indígenas do estranho vizinho, para onde existia apenas floresta, mato e vegetação, porque os imigrantes passaram a construir casas, cercas, plantações entre outros elementos os quais não faziam parte do dia a dia do indígena (SANTOS, 1973, p.76). As colônias muito mais tardias como Blumenau, cresciam rapidamente e iam ocupando mais e mais áreas que por séculos foram dos indígenas, áreas de passagem, caça e coleta essenciais para sua sobrevivência. Por outro lado, para o Império e posteriormente para a República, eram apenas áreas férteis necessitando de demandas de mão de obra para sua política de branqueamento.

Wittmann retrata a experiência da interiorização no estado:

É importante salientar que, durante o século XIX, ainda havia um vasto território não colonizado no vale do Itajaí. A autonomia Xokleng, portanto, estava praticamente assegurada. No final do século, no entanto, cada vez mais núcleos coloniais eram fixados. O contato ficou mais frequente e as ações dos brancos mais agressivas.. (WITTMANN, 2007, p.48 apud Santos, 1973, p.76)

⁵ http://www.portalbrasil.net/regiao_sul.htm Acesso em: 15/10/2016.

A antes garantida autonomia do povo Xokleng/Laklãnõ, agora estava ameaçada e por décadas seria apenas diminuída, assim como seus territórios e suas áreas de passagem, de caça e vivência. O colono havia chegado ocupado e recortado à paisagem de maneira irreversível, agora o indígena teria vizinhos, concorrentes pela terra a qual um papel chamado de escritura dava o direito sobre a mesma para o estranho vizinho. O não indígena se apossara das melhores terras, para o plantio, para a caça e claro sempre lembrando que os colonos se estabeleciam principalmente perto da água limpa e corrente, sendo a mesma importante para ambos como item básico para a sua sobrevivência e prosperidade.

O conflito entre os Xokleng e a invasão de seus territórios ganham, desde então, maior repercussão, seja pelo fato de envolver famílias de imigrantes e respectivos governos estrangeiros, seja pelo fato de haver, no país, um maior número de veículos de imprensa. Um terceiro fator, certamente, seria o fato de os Xokleng perceberem que se encontravam em seus últimos refúgios, sem alternativas a não ser o enfrentamento direto com os invasores, como forma de garantir seu espaço e território livre para sua sobrevivência. As comunidades Xokleng, nessa situação, foram cada vez mais encurraladas e perseguidas. (GAKRAN, 2015, p.21)

Então onde antes se podia caçar, agora existiam casas, os locais onde antes se bebia água e se banhavam livremente passaram a ter casas ao lado, plantações e o homem branco, afugentando o indígena ou o fazendo confrontar os novos moradores. Levando ao enfrentamento entre o indígena e o não indígena ou então buscar novos lugares, que poderiam ser melhores ou piores que o seu local habitual. O enfrentamento era uma opção que causava muitas baixas para os indígenas, já que não tinham armas de fogo. A tecnologia que dispunha o imigrante, que além de tudo ainda era apoiado pelo governo, que dava desde a terra em suaves prestações a serem pagas, era muito superior as armas que os indígenas tinham acesso.

Hoje os Xokleng/Laklãnõ lutam pelos seus direitos, pelas suas terras e não esquecem o que lhes foi tirado no passado. Continuam em busca de justiça no estado de Santa Catarina, a justiça que lhes foi negada durante todo o período colonial:

A história da etnia Laklãnõ/Xokleng ultrapassa as casas de alvenarias em que moram atualmente ou as roupas que vestem. Não andam mais nus pelas

florestas de araucárias já devastadas. Os homens não usam mais os botoques nos lábios, as mulheres não usam mais as vestimentas tradicionais confeccionadas com fibra de ortiga. As mudanças na sociedade Laklãnô/Xokleng veem tanto a aculturação quanto a dinamicidade da cultura humana. A dinâmica da preservação e das mudanças que os indígenas enfrentam, como os problemas da descaracterização de suas tradições, nada mais é que um movimento que capacita o povo ao diálogo. Como outros povos, os Laklãnô/Xokleng decidem por si e lutam pelos seus direitos dentro e fora das aldeias. São pessoas que se reconhecem e são reconhecidas pelas especificidades de sua etnia, pela resistência e pelo fortalecimentos de sua cultura. (GAKRAN, 2015, p.37)

Essa é a luta diária do povo Xokleng/Laklãnô em busca da sua dignidade que lhes foi arrancada, em busca de seus direitos e de poderem preservar sua cultura e identidade, de não serem mais tachados como invisíveis. Querem poder afirmar que estão aqui e que também são donos dessa terra que por muitas gerações cuidaram, as terras que seus antepassados viveram não mais lhes pertence, e é esse quadro que visam modificar ainda nos dias atuais.

1.1 Hábitos e modo de vida

Antes do contato, os indígenas tinham um vasto território para viver, caçar e coletar alimentos que lhes era mais que suficiente para a continuidade de seu povo. Dividiam território com mais dois povos, sendo eles o Kaingang e os Guaraní, ambos ocupavam praticamente a mesma faixa de terra que o povo Xokleng/Laklãnô, tendo suas próprias divisões, onde mantinham fronteiras invisíveis tendo mesmo assim contato, trocas e até mesmo confrontos entre os três povos, principalmente pelas regiões onde existiam maior diversidade e abundância de alimento, caça e tendo as melhores terras e caminhos para suas migrações e passagens entre os seus territórios assim podendo assegurar a manutenção de suas vidas, ao menos facilitando em um ou outro elemento de suas vidas e de cultura, como conta GAKRAN:

De acordo com os relatos dos anciãos que colaboraram com as informações para esta pesquisa, a mata nativa dos planaltos era de araucária e isso era fonte de alimento para os Laklãnô/Xokleng durante todos os meses de inverno. Segundo os mesmos, havia grandes disputas com os Kaingáng e Guaraní. Esses povos eram denominados pelos Laklãnô/Xokleng pelo nome de góglkózy tō pléj. A guerra com o último grupo era pelo seu espaço territorial, pelos pinhões e por toda a fauna do planalto e da orla marítima, ou seja, desde o estado de Rio Grande do Sul até estado do Paraná. Na guerra

com os inimigos góglózy tō pléj, Laklãnō/Xokleng usavam arcos, flechas, lanças e bordunas. (GAKRAN, 2015, p.27)

Inicialmente considerado um povo sedentário, ou seja, que se mantinha em determinado local fixamente sem grandes movimentações, os Xokleng/Laklãnō passaram por uma grande mudança, transformando-se em um povo com locomoção, chamada de nomadismo sazonal. Tal movimento é entendido pelos pesquisadores como uma resposta prática as disputas de territórios com o povo Kaingang e ainda novamente voltando ao caminho das tropas que cortou seu território, fazendo assim os mesmos se ajustarem aos novos desenhos e mudanças na geografia de suas terras.

É possível relacionar a mudança cultural dos Xokleng, do sedentarismo para o nomadismo relatado por Henry, ao contato com os Kangáng que, motivados pela disputa de território, acabaram expulsando os Xokleng durante as inúmeras guerras entre os povos. Outro fator que possivelmente contribuiu para isso foi o caminho das tropas que desde o século XVIII proporcionava contato entre não índios e Xokleng. (PERES, 2012, p.283)⁶

Com a inserção do imigrante nesse contexto, sem que a geografia ou as divisões dos povos fossem respeitadas, os indígenas são empurrados uns em direção aos outros. O povo Xokleng/Laklãnō evita o contato e adentra nas matas tentando fugir da colonização a medida em que o imigrante ia adquirindo terras e as pequenas povoações iam surgindo. BRIGHENTI mostra que “Os Guarani, Kaingáng e Xokleng definiram seus territórios a partir de outros limites, que em nada lembra a geografia catarinense contemporânea. Essas definições têm como referência a relação que cada povo estabeleceu com o meio e a inter-relação entre eles” (2012, p.37).

Quanto à alimentação Peres (2012, p.284) mostra que dentro de suas terras o povo Xokleng/Laklãnō praticava a caça, a agricultura e a coleta, sendo que apenas o pinhão era armazenado pelos mesmos, mostrando assim que pode ser entendido o pinhão como base para sua alimentação, esse o fruto encontrado nas araucárias que eram muito comuns dentro do seu território. Muitos animais eram atraídos pelo pinhão maduro que era facilmente encontrado no chão em volta das araucárias, dando opção da caça para os indígenas, assim tornando as araucárias um elemento de dupla importância para a sobrevivência do povo que podia coletar o fruto e ainda conseguir a carne fonte de proteína e igualmente essencial em sua alimentação. GAKRAN (2012, p.22) nota

⁶ Idem.

que existiu documentado nas entrevistas, o plantio de abóbora e milho, assim mostrando que houve a prática da agricultura pelos Xokleng/Laklãnõ e que o nomadismo foi uma adaptação do povo e não um aspecto que sempre esteve presente dentro de sua cultura.

Esse povo necessitava de grandes áreas de terra por ter um número elevado de indivíduos, assim precisando de um grande montante de alimentos. Eram divididos em três grandes grupos e mesmo sendo do mesmo povo esses três grandes contingentes de povos viviam com certa distância um do outro. Santos (1973, p.32-3) mostram que esses três contingentes eram divididos na região, estando um situado no centro do estado de Santa Catarina, o segundo estando na cabeceira do Rio Negro, na atual divisa com o Paraná e ainda o terceiro estando mais ao sul do estado entre os vales do Capivari e Tubarão. Percebe-se nesse relato que um dos grandes grupos situava-se na região estudada nesta pesquisa, comprovando a presença desse povo indígena no local, sendo registrada até mesmo por antropólogos que estudaram a região, a existência do indígena na mesma, ainda tido como um dos grandes grupos do estado.

Quando praticavam o nomadismo se deslocavam em algumas famílias, assim tendo um contingente de indivíduos consideravelmente grande, com uma vasta área para cobrir se dividiam a procura de alimentos, local para descanso e mesmo fazendo uma varredura na região vendo se seria seguro pernoitar no local. Divididos os indivíduos, podiam realizar a tarefa de uma maneira mais rápida e eficiente, suas viagens podiam durar vários dias assim sendo mais que necessário o deslocamento das famílias como um único grupo. A mulher escolhia o local para parar e descansar, ali os indivíduos depositavam todos seus objetos e acendiam o fogo e ali mesmo ficavam por um bom tempo até terem totais condições para retomar a viagem em direção a seu destino (SANTOS, 1973, p.33). Sempre mantendo a manutenção da saúde dos membros sendo cada um deles fundamental para o grupo, pois cada membro que morresse ou adoecesse seria, além de uma perda pessoal devido a ligação do povo, da família, também um sujeito a menos para dividir as tarefas do grupo e para a própria proteção da família como um todo.

Com o nomadismo os indígenas se estabeleciam em regiões com diferentes frutas ou tipos de animais, assim sendo, tinham a alimentação variada e adaptada a cada região em que se estabeleciam temporariamente. Sempre tinham em sua dieta alimentos básicos como o milho, o pinhão e ainda o peixe, que no caso era entendido também como caça e não como pesca como é o compreendido nos dias atuais. O pinhão era armazenado em grandes quantidades e mantido por muito tempo.

Quando o povo Xokleng migrava, tinha seus hábitos alimentares estabelecidos pelo local onde se encontrava, do planalto ao litoral e do litoral ao planalto, a cada ano. Isso era feito pela disponibilidade de alimentos, tendo o milho como principal alimento presente em todo tempo e o peixe no litoral, o pinhão com carne de caça nas serras. O milho e o pinhão eram armazenados num cesto e enterrados num banhado para mantê-los conservados por muito tempo devido à baixa temperatura. (GAKRAN, 2015 p.22)

Fica clara a preocupação com a condição do alimento armazenado e ao mesmo tempo com a busca de mais alimento que pudesse haver na região. A organização era para que tudo fosse feito com o maior sucesso e assim manter o grupo forte para continuar seu nomadismo. Também a flexibilidade alimentar, assim necessitando ter grande conhecimento da região por onde iriam passar. Com essas informações pode-se refletir de que é muito mais fácil ter um caminho pré-definido, sendo mais fácil de fazer a viagem, sabendo-se o caminho que iria ser percorrido e o tipo de comida que iria encontrar na viagem, desse modo facilitando a empreitada. Isso demonstra que os Xokleng/Laklãnõ tinham um grande conhecimento da região.

Quando então o cenário é modificado, com a chegada do imigrante, também os caminhos são modificados e os alimentos tornam-se cada vez mais escassos, seja na coleta ou na caça. Com as mudanças ocorreu também à simplificação dos artefatos manuseados por eles no seu dia a dia, pois tendo que se locomover por grandes distâncias não podiam mais ter muito que carregar para não tornar a viagem ainda mais dispendiosa. SANTOS explica que, “a tralha doméstica foi amplamente simplificada e a cerâmica consistia em algumas poucas peças de pequeno tamanho”, ainda fala que “as casas, rústicos paraventos, passaram a ser construídas somente quando o tempo era de chuvas ou no inverno. Fora disso, os Xokleng habituaram-se a dormir ao relento, sob as copas das árvores.” (1973, p.38)

A transformação da cultura Xokleng/Laklãnõ ocorreu de maneira gradativa e ao mesmo tempo afetou significativamente suas vidas. Com a chegada do imigrante passaram a serem migrantes dentro de suas próprias terras, característica essa que levariam consigo até a criação das terras indígenas, quando enfim encontrariam um lugar para novamente fixar residência. Dentro dessas migrações entre seus territórios ocorrem o contato e os confrontos não só com o imigrante, como também com os outros povos indígenas da região, especialmente com os Kaingang. As relações entre tais

grupos não eram amistosas desde antes do período de colonização, justamente pelo pinhão ser a base alimentar dos dois povos, fazendo assim disputarem as áreas onde as matas de pinheiros davam mais frutos. Após o início da colonização, com a diminuição de seus territórios, a queda considerável no alimento e o aumento na dificuldade de encontrar o mesmo, os conflitos se tornam ainda mais intensos, fazendo cada região restante para os indígenas um precioso local. Assim também acontece com o grupo Xokleng/Laklãnõ que tinham como território histórico a região estudada como relata SANTOS:

Os Xokleng, estão, pois, confinados, já não há para onde fugir. Um subgrupo que frequentava as cabeceiras do Rio Negro e que devido a pressão dos brancos começou a deslocar-se para o oeste, em direção aos campos de Palmas, encontrou pela frente os Kaingang. E, pouco tempo depois (1838), os brancos chegavam, também, a esses campos. (SANTOS, 1973, p.37)

Contata-se que o povo indígena que frequentava a região estudada sendo empurrado em direção a terras que não seriam as que eles estariam acostumados a se deslocar. Não bastasse a preocupação em caçar, procurar os melhores lugares para a coleta do pinhão e ainda as guerras com outros povos indígenas, agora teriam também que se habituar à escassez de terras, a diminuição do alimento, o contato com o não indígena e eventualmente com a diminuição do seu povo, quase que acabando com os indivíduos que antes eram numerosos e no caso dos Xokleng/Laklãnõ chegam a números alarmantes de quase dizimação do seu povo. O preço do progresso foi pago principalmente pelos povos indígenas da região que sofriam com as incursões dos colonos que vinham em busca de novas terras no Brasil

A partir desses dois núcleos coloniais, surgiram pelo Itajaí acima e por todo o rio cachoeira, em direção as cabeceiras do Negro, novas colônias. O governo provincial estimulava essas iniciativas distribuindo novas concessões e abrindo estradas, pois, estava propenso a povoar rapidamente o enorme bolsão, coberto de floresta virgem, existente entre o litoral e o planalto. (SANTOS, 1973, p.51)

SANTOS ainda complementa a importância da colonização da região “a simultaneidade dessas várias iniciativas, justificadas pela necessidade do progresso para as províncias do sul, tinham como significado o extermínio da população indígena que nessa área estava a viver: os Xokleng” (1973, p.53). Com a intensificação da colonização, do incentivo às novas colônias por parte das províncias, posteriormente

estados, o indígena perde suas terras tradicionais, seus locais de caça e seus caminhos por onde sempre passou. Assim a colonização se torna o agente da diminuição dos povos indígenas que até então viviam dentro de suas matas e florestas e agora não mais as tinham para viver. Com a política de imigração o indígena antes invisível para o resto do Brasil se tornara um empecilho, uma trava para o progresso da grandeza nacional de um país que buscou a solução para um problema inexistente chamado de vazio demográfico⁷, em trazer estrangeiros que tornariam aquelas terras úteis e produtivas. Assim alavancando a agricultura do país, sem nem pensar nas consequências que tal ato traria aos povos que ali já viviam, os indígenas tiveram sua existência e importância desconsideradas, foram massacrados dentro de suas próprias terras, expulsos e obrigados a viverem em pequenos pedaços de terras, fato esse que só ocorreu muitos anos depois do início da violência contra os mesmos com a criação das terras indígenas no início do século XX.

1.2 Os contatos, a pacificação e seus agentes

Os contatos entre indígenas e colonos chegam a um nível que não mais podia ser negado. Os indígenas antes raramente apareciam e pouco se sabia de seu paradeiro, com o crescimento rápido das colônias esse quadro havia se modificado e cada vez mais se tornara comum o contato entre indígena e não indígena, o estado começa a tomar medidas para que os colonos tivessem assegurada sua autonomia e que o empecilho chamado de “bugre” não atrapalhasse o crescimento do país. Através da Carta Régia, D. João VI declara “guerra justa” contra os indígenas, já que os mesmos não se adequavam a sociedade nacional deveriam então ser retirados das áreas férteis e úteis que o país tinha, mesmo que através do extermínio. Sendo esse um dos maiores atos explícitos, contra os povos indígenas da região sul, de repressão violenta:

A Carta Régia de 5 de Novembro de 1808, afirma: “... em todo o terreno que fica ao Oeste da estrada geral, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a

⁷ Termo utilizado para se referir a grande extensão de terras entre Rio Grande do Sul e São Paulo, assim afirmando que ninguém habitava aquela região, deslegitimando assim a existência dos indígenas na mesma.

maior parte das fazendas que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os Índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor que sejam igualmente vítimas e que até a mesma estrada chega a não ser vadeável (...) e constatando-me que os sobreditos campos e terrenos, regados por infinitos rios, são susceptíveis não só da cultura de trigos, cevadas, milho, e todas as plantas cereais e de pastos para gados, mas de linhos canhamos e de toda a qualidade de linho, assim como de muitas outras preciosas culturas, além de que se acham no mesmo território terras nitrogênio e muitas minas de metais preciosos e de outros não menos interessantes; sendo-me também igualmente presentes os louváveis frutos que têm resultado das providências dadas contra os botocudos, e fazendo-se cada dia mais evidente que não há meio algum de civilizar povos bárbaros, senão ligando-os a uma escola severa, que por alguns anos os force a deixar e esquecer-se de sua natural rudeza (...) tendo se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quais tenho mandado que se tente a sua civilização (...) sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinham mandado praticar ordenar-vos: Em primeiro lugar, que logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros índios (...) e com a menor despesa possível da minha Real fazenda, perseguir os mesmos índios infestadores do meu território; procedendo a declarar que todo Miliciano ou qualquer morador que segurar algum destes Índios poderá considerá-los por quinze anos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier...” (Moreira Neto 1972: 408- 409).

Os enfrentamentos entre Xokleng/Laklãnō e não indígenas eram frequentes, forçando o Império a criar a “Companhia de Pedestres” em 1836, medida essa que visava afugentar os povos indígenas, ou mesmo combatê-los se preciso, tudo para assegurar o bem estar dos imigrantes. Os grupos das companhias de pedestres geralmente eram formados por 31 homens, que recebiam a quantia de 330 contos de réis, e tinham como finalidade “proteger tropeiros e viajantes que passavam em locais onde frequentemente ocorriam” os conflitos com os indígenas (NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p19-20). Ou seja, o governo pagava para manter os indígenas longe das áreas de vilas, roças e mesmo dos caminhos por onde os imigrantes e tropeiros passavam. A importância que a “Companhia de Pedestres” tinha para os governantes torna-se visível através da fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira em 1837.

A colonização do Itajahy, que está a cargo do Cidão Agostinho Alves Ramos pouco se tem adiantado devido a irrupção do gentio feroz [...] por motivos taes, e que podem ser removidos sem maior dificuldade, deixem de prosperar aquelles estabelecimentos[...] He por isso que insto pela consignação da quantia que deve ser aplicada para a manutenção dos Pedestres, que foram

criados pela Resolução Nº 28, e que vai incluída na Talla Nº 5 do orçamento (OLIVEIRA, 1837)⁸

Ainda a catequização foi um agente que se tentou empregar para amenizar a situação, através dos Padres Capuchinhos Virgílio Amplar e Estevão de Vicenza. (NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p.48). A mesma não teve sucesso, devido a falta de investimentos do governo que não julgou tão animadora e necessária a incursão feita pelos monges, logo abandonando e encerrando tal processo. Como a catequização e a Companhia de Pedestres falharam, outro método devia ser buscado para garantir o bem estar dos colonos da região. Passam a atuar na região os “batedores de mato”, eram grupos que não tinham intenção alguma de fazer contato pacífico com os índios, Segundo informações de SANTOS:

Em 1880 o governo provincial relatava à Assembleia, com a maior simplicidade que “para afugentar (os índios-SCS) tomei as medidas de costume: recorri aos batedores de matto”. O noticiário telegráfico do Jornal do Comércio (Florianópolis), do ano de 1883, dá-nos vários exemplos referentes à autorização das despesas pelo governo para o extermínio indígena (SANTOS, 1997, p.26).

Com o crescente contato, a violência contra o indígena toma proporções alarmantes e o trabalho dos batedores de mato se torna cada dia mais intenso e violento. O governo incentiva a contratação dos mesmos pelos colonos para sua própria segurança contra os indígenas. A caça ao indígena era feita descaradamente, esse pode ser considerado um dos momentos mais sangrentos e devastadores na história do povo Xokleng/Laklãnõ e incentivados pelo estado os batedores de mato chegam a outro nível, se especializando na caça e extermínio dos indígenas que pouco podiam fazer contra a arma de fogo e o crescente número de caçadores que habitavam a região.

A violência contra os índios recrudesciu: “A partir daí, os batedores do mato se transformaram em bugreiros”. O que havia de válido na experiência de Frederico Deeke é totalmente esquecido e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas. (WITTMANN, 2007, p.49 apud Santos, 1973, p.76)

⁸ Fala do Presidente da Província de Santa Catarina José Joaquim Machado de Oliveira em 1837. Acervo: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 15/10/2016.

Conhecido antes por capitão do mato, o antigo batedor do mato, esse era o bugreiro. Um homem visto como destemido e conhecedor da região, braço direito na colonização do estado nos períodos entre Império e República no estado de Santa Catarina. Os bugreiros eram caçadores de indígenas, perseguiram, cercavam, matavam e aprisionavam os povos indígenas. O bugreiro começa como a simples figura do homem que afugentava os indígenas para que as colônias pudessem prosperar, tinha conhecimento da região, que faltava ao imigrante, pouco conhecedor do meio onde fora inserido.

As primeiras tropas de bugreiros do estado começavam pequenas e com poucas pretensões, eram contratados pelos imigrantes junto ao estado que custeavam suas empreitadas de limpeza de território. As políticas de branqueamento davam total apoio aos colonos (WITTMANN, 2007, p.52), e tratavam o indígena como atrasado, e desnecessário ao contexto da modernização e do branqueamento. As tropas de bugreiros cresceram gradativamente com o financiamento cada vez maior do governo e colônias, quanto maior a colônia, mais entrava nos territórios que eram principalmente dos povos Xokleng/Laklãnõ. SANTOS explica como era a organização das tropas de bugreiros que agiam na região.

As tropas de bugreiros compunham-se, em regra, com 8 a 15 homens. A maioria deles era aparentada entre si. Atuavam sob o comando de um líder. A quase totalidade dos integrantes desses grupos eram “caboclos”, que tinham grande conhecimento sobre a vida no sertão. Atacavam os índios em seus acampamentos de surpresa. As vítimas poucas possibilidades haviam de fuga. (SANTOS, 1997, p.27)

No início do século XX o governo republicano incentivava os colonos para que expulsassem os indígenas de seus territórios, enviando cada dia mais e mais financiamentos para os bugreiros, que cresceram e formaram grupos muito bem arquitetados. Os colonos condizentes com tais ordens também acabam por investir mais e mais na contratação dos bugreiros, que de pequenas tropas com poucos homens, rapidamente crescem em número e crueldade tornando-se sanguinários na caça ao indígena. Com o crescente número de conflitos, as políticas de afastar os indígenas acabam por se tornar políticas de extermínio.

Desde o começo da conquista os brancos se esforçaram por conseguir trabalhadores por meio da assimilação dos índios, ou assegurar a posse da

terra por meio da exterminação de tribos inteiras. Ambas as tendências conservaram-se com força igual até hoje e têm seus defensores em quase todos os círculos que se ocupam da questão dos índios. (BALDUS, 1979, p.185)

Os bugreiros caçavam e rastreavam os indígenas (WITTMANN, 2007, p.53), passavam noites e dias à sua caça e quando encontravam algum grupo, ficavam a noite toda esperando pelo momento certo do ataque. A tática dos mesmos consistia em esperar todos adormecerem para tentar primeiramente inutilizar as armas dos indígenas, cortando as cordas dos arcos, quebrando flechas e mesmo escondendo o pequeno arsenal indígena que de nada se podia comparar aos facões e espingardas dos bugreiros. Como demonstra WITTMANN “muitas entradas eram realizadas para liquidar grupos de índios ou pelo menos afugentá-los, pelos destemidos caboclos, práticos de andar nas florestas, acostumados a toda sorte de intempéries e de contrariedades” (2007, p.49). Tal relato deixa mais que clara a posição do governo, que ao incentivar a caça ao indígena, mostrava-se favorável a qualquer barbárie, justificando a mesma como defesa dos imigrantes e do interesse nacional.

Quando todos já dormiam os bugreiros adentravam gritando e atirando, seus principais relatos dizem que atiravam para cima. Mas em diversas ocasiões um ou outro bugreiro era atingido por um tiro, mostrando que nem todos os tiros eram dados para cima (WITTMANN, 2007, p.56), afinal os indígenas até o momento abordado não tinham armas de fogo para revidar. Como então poderiam afirmar os bugreiros que os tiros eram dados para cima se acertavam seus próprios companheiros? Todo ato era válido e justificado graças ao apoio do governo que via a ação como legítima em prol do bem maior do estado. Assim que começavam a algazarra partiam para cima dos indígenas e a tiros de pistola e com facões muito bem afiados faziam muito mais do que simplesmente afugentar os mesmos (WITTMANN, 2007, p.55). Geralmente mulheres e crianças eram poupadas, Algumas mulheres capturadas eram pegas por bugreiros para serem suas mulheres, não sendo incomum que varias famílias caboclas tenham sua origem de tal forma (MACHADO, 2004, p.59) e os homens mortos e suas orelhas arrancadas, cada par de orelhas correspondiam a certo valor a ser pago aos bugreiros no final de sua empreitada. É incontável o número de indígenas que perderam suas vidas durante esse período, sem contar que eram expulsos de suas terras e empurrados em direção a terras desconhecidas e ou mesmo de outros povos, assim ainda resultando em conflitos com outras etnias que ali também habitavam.

1.3 Misticismos, crenças e práticas espirituais

As práticas ritualísticas do povo Xokleng/Laklãnõ, correspondem aos elementos da sua cultura, ligadas aos locais e paisagem em que viviam. As mudanças de comportamento, como o nomadismo, afetam as mesmas diretamente. As vilas e os colonos os empurrando de um lado para outro também eram entraves que acabavam por prejudicar a manutenção de sua cultura, fazendo assim a identidade do povo ser afetada de maneira drástica. Para o povo Xokleng/Laklãnõ a espiritualidade tem um sentido muito forte e marcante, utilizando suas crenças como uma das suas principais bases:

Os Laklãnõ/Xokleng historicamente são um povo religioso que acredita e faz uma conexão entre um universo mortal e imortal, ou seja, o povo distingue dois universos, o superior e o inferior. Segundo essa crença, na parte superior há seres sobrenaturais semelhantes a seres humanos que moram lá, mas com vida imortal. Já na parte inferior, que é a terra, há os seres humanos mortais, de acordo com a diferenciação que os Laklãnõ/Xokleng faziam entre esses dois universos. (GAKRAN, 2015, p.32)

Vemos pelo relato que entendem a ligação entre dois mundos, o físico onde vivemos hoje e o espiritual, o qual estaria acima de nós e seria apenas alcançado depois da morte. Como a maioria das culturas, também os Xokleng/Laklãnõ tinham seus rituais, onde podiam ser ritos de passagem de uma fase para a outra da vida ou mesmo para reverenciar seus antepassados, seus mortos, rituais esses passados de geração para geração como modo de manutenção de sua cultura, sendo os mesmos prejudicados com a chegada do imigrante que lhes tirou o espaço, as terras e defasou a tradição da prática dos rituais. Novamente voltando os olhos para a fala dos mais velhos GAKRAN relata a importância que os mais velhos, ou sábios da aldeia davam a espiritualidade assim mantendo vivos seus costumes e tradições mesmo depois do contato com o não indígena:

Em uma das histórias que gravei, narrada por anciões, a história fala que depois do contato em 1914, por volta de 1927, um pouco mais de dez anos de contato, um dos últimos e maiores kujá 'pajé', e nome Kámlên, antes de sua morte, falou para as pessoas que estavam junto dele, apontou com a mão para o céu, dizendo que o buraco ou porta do céu ficava ali naquela direção, "no sentido oeste". O mesmo afirmou que, por aquela porta estava subindo com

um "Ser" com o nome "jun, juju" para morar junto com ele no além (céu), e lá estaria intercedendo por eles e tudo o que eles precisavam era só pedir, que ele próprio os estaria ajudando (GAKRAN, 2015, p.28).

A importância da fala dos mais velhos para os Xokleng/Laklãnõ é incontestável, sua história e costumes por muito tempo foram passados de forma oral, de pai para filho. Só foram conhecer a escrita, como modo de registro muitos anos após o contato com o não indígena, assim sendo, pode-se ressaltar a importância da palavra, da memória e do contar das histórias entre o povo. Ainda nos dias atuais essas histórias são passadas de uma geração para outra, agora com muito mais recursos, pois, estão usando as mídias e tecnologias (gravador) para manter sua memória e costumes. O povo Xokleng/Laklãnõ se lembra do tempo mais distante e respeita esse tempo, sendo considerado como uma diferente fase de sua cultura como explica SANTOS “Todos esses fatos são hoje lembrados como sendo ‘coisas da época em que eles viviam no mato’. Ou ‘que era coisa dos velhos, quando eles eram brabo’” (1973, p.216). Assim afirmam sua cultura, seus aspectos e a história de seu povo, sempre com a ajuda dos mais velhos das aldeias, sendo esses a principal fonte de memórias e das histórias de seu povo.

O primeiro ritual era feito logo com o nascimento da criança, que tinha um padrinho designado pelos pais, para ser um apoio na criação da mesma, assim tendo responsabilidades como cuidar, zelar pelo bem da mesma e orientar para que crescesse dentro da cultura, das tradições do seu povo e pudesse ser um indivíduo atuante dentro de sua comunidade, esse ritual consiste em o padrinho enterrar o cordão umbilical do recém-nascido após uma série de pequenos rituais a serem seguidos, a boa execução do ritual iria garantir saúde e prosperidade para o recém-nascido como mostra GAKRAN:

Enterravam o cordão umbilical da criança ao nascer. Esse ritual de enterrar cordão umbilical não era simplesmente de enterrar, mas sim tem todo um conjunto de procedimentos: moía algumas ervas medicinais e depois era passado pelo cordão umbilical e era enterrado próximo de uma planta que fosse forte e não quebrasse ou morresse fácil. Segundo a crença, a criança poderia crescer com saúde e ter uma vida longa. A pessoa a enterrar o umbigo da criança, mais tarde, acompanharia o desenvolvimento e socialização dela até a fase adulta. Normalmente, os afilhados eram os incumbidos da cremação de seus padrinhos quando morriam. (GAKRAN, 2015, p. 26)

O padrinho iria ter novamente importância quando fosse feito o ritual de passagem para a vida adulta. Um dos mais importantes rituais do povo

Xokleng/Laklãnõ, era o ritual da perfuração dos lábios dos meninos e da tatuagem na coxa para as meninas, quem se encarregava tanto de furar o lábio quanto de fazer a tatuagem eram os padrinhos, assim demonstrando a importância que o mesmo tinha dentro do ritual. Nesse momento era colocado o enfeite com o nome de botoque no lábio do menino, nome esse que é utilizado durante muitos anos para identificar o povo Xokleng/Laklãnõ pelos escritores, colonizadores e etnógrafos, sendo eles chamados de botocudos, nome esse que também não foi aceito pelos indígenas para identificarem a si próprios.

A maior festa dos Laklãnõ/Xokleng acontecia por ocasião da furação dos lábios dos meninos “glókózyn”. Neste ritual, vários grupos se reuniam para comemorar com danças ägglan e muita bebida feita à base de mel, água e xaxim e, depois de pronta, era chamada de mög. O povo considerava importante que, após os três a cinco anos de idade, os meninos tinham que ter botoques inseridos no lábio inferior e que isso fazia parte da tradição. Já as meninas, com a mesma idade, recebiam ‘tatuagens’ ou marcas na perna esquerda, abaixo da rótula. (GAKRAN, 2015, p.26)

Esses eram os primeiros rituais dentro do povo Xokleng/Laklãnõ, com importância emblemática, sendo um a comemoração de uma nova vida e o outro a festa da passagem do jovem para agora um adulto atuante dentro da aldeia, esses mesmos quase que se perderam com o contato com o não indígena, que tirando as terras dos indígenas, sua estabilidade e defasando sua cultura quase que extinguiram a identidade desse povo como afirma GAKRAN (2015, p.26) no ano de 2015 “atualmente não há mais cerimônias de iniciação tradicional entre o povo Laklãnõ/Xokleng, nem para meninos e nem para meninas, apenas estão vivas em suas memórias.” Novamente mostrando a importância da memória e da passagem da tradição de geração para geração, mesmo que só pelas histórias, fazendo com que importantes elementos de sua cultura não se percam ou que sejam esquecidos com o passar do tempo.

Para os Laklãnõ/Xokleng, tudo na natureza demonstra ter fundamento religioso e espiritual. A relação deste povo com a natureza é permeada por sentimentos de que tudo é sagrado. Dessa forma, os bichos têm espíritos e, por isso, quando vão matar qualquer animal de caça para se alimentar, eles pedem permissão e perdão, explicando porque o animal está sendo morto, por necessidade de comer carne. De modo igual, para retirar mel de uma colmeia é pedido a permissão e perdão às abelhas, explicando para que o mel está sendo tirado. Por considerarem que as árvores também têm espíritos, elas não eram derrubadas, pois havia uma forma de manter elas em pé, subindo nela e furando diretamente no local onde está a abelheira sem precisar derrubá-la. (GAKRAN, 2015, p.32)

Vemos a espiritualidade muito ligada ao meio onde viviam, tendo consciência de que tudo tinha alma, sentimentos e deveria ser respeitado, desde as pedras até os animais, assim conservando o local onde estavam, fossem as matas, a água, os animais ou tudo mais que pudesse lhes dar uma troca. Sabiam que se tirassem mel demais poderia acabar com o mesmo, ou se caçassem apenas algum tipo de animal poderia ser cada vez mais difícil de encontrar o mesmo, ainda a preocupação com as árvores pode ser vista como categórica, já que o povo tinha como um dos seus principais alimentos o pinhão. O povo sabia que sem pinheiros (*Araucária*) também não existiriam os pinhões. Então mantinham conservado o meio em que estavam inseridos, apenas usufruindo do necessário para viverem, assim respeitando seus espíritos e mantendo uma ligação com os mesmos.

Segundo os Laklãnõ/Xokleng, o ser da natureza, quer seja da flora ou da fauna, estabelece uma teia espiritual com as pessoas. Deve-se sempre respeitar aquele que está interligado espiritualmente com sua linhagem. Assim, os seres espirituais da natureza levam o nome de gyjun (espírito) e acima desses há um maior que comanda, designado de gyjun tō gynhmō nē (espírito que está acima) ou āggklēnē (alguém acima de nós). (GAKRAN, 2015, p.33)

Essa ligação entre as coisas, os animais e as pessoas é uma inter-relação de troca, de ganho. Respeitando o meio em que vivem, ganham o suficiente para continuarem vivendo, também deixando o meio ao seu redor permanecer sem grandes danos que possam comprometer o ecossistema, quase que inconscientemente eram os guardiões da floresta onde habitavam, mantinham o equilíbrio da mesma e ainda o convívio pacífico. A partir das falas podemos notar a importância que cada ser e objeto tinham dentro da cultura Xokleng/Laklãnõ, que cada uma das partes tinha seu lugar dentro de uma vasta rede de ligações físicas e espirituais, assim explicitando vários elementos de sua espiritualidade e seu misticismo para com o local onde viviam. Fica clara a importância do local para seus rituais, como explica GAKRAN: “pode-se perceber que a espiritualidade Laklãnõ/Xokleng e o seu conhecimento da natureza, descritos ao longo desse texto, é diferente da sociedade ‘civilizada’, o que se pode perceber e o que demonstra o convívio equilibrado desse povo com a natureza” (2015, p.33).

Pode-se classificar o cuidado com a natureza do povo Xokleng/Laklãnõ como diferente do quadro apresentado no primeiro capítulo onde apenas o progresso

importava, sem se preocupar com os danos que poderiam causar ao meio em que foram inseridos os colonos, fato esse que causou uma ferida na paisagem das vilas que tinham sido criadas e na identidade do povo que tanto cuidou de um ambiente que até então era seu por merecimento, por direito de estarem ali. Esse direito foi arrancado do povo sem ao menos serem consultados sobre isso, GAKRAN explica essa ligação entre ecossistema e indígena:

Esses cuidados em relação à natureza, demonstrados por meio de um sentimento de afeto e de permissão para o seu uso, podem ser compreendidos no contexto da realidade tradicional, demonstrando um extremo sentimento de respeito e de integração com a natureza que, no caso em questão, sustenta um sentimento de pertencimento do povo Laklãnõ/Xokleng à natureza como um todo.” (2015, p. 33)

O povo Xokleng/Laklãnõ mantinha suas práticas espirituais respeitando a natureza, os animais e o seu entorno, com uma ligação com todos os seres sem grandes perturbações no equilíbrio do ecossistema onde estavam inseridos, seus rituais que foram reduzidos a poucos rituais que são feitos de maneiras simples sem grandes mobilizações. A preservação de sua identidade e de sua memória lhes assegura que as futuras gerações ainda saibam o que eles vêm batalhando para que não seja esquecido, assim como alguns rituais e até aspectos do seu próprio modo de vida, por isso se torna tão importante passar as histórias para as próximas gerações e também documentá-las de forma que as mesmas possam ser conservadas e preservadas.

CAPÍTULO 2 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO ACIMA DA SERRA

A primeira colônia de imigração europeia em Santa Catarina criou raízes em 1829, como explica PIAZZA (1983. p.54) com apoio do governo, em São Pedro de Alcântara, eram 523 colonos católicos vindos de Bremen (Alemanha). Tal colonização não teve o sucesso esperado, passando assim a colonização para as companhias privadas. As mesmas adquiriam terras e vendiam aos que aqui decidiam se instalar, com parcelas à longo prazo e a promessa de um recomeço em terras férteis. Os alemães foram os primeiros e principais colonizadores de Santa Catarina tendo fundado várias colônias de renome como Blumenau, Joinville e Pomerode. Cidades que representavam o progresso e ainda atendiam ao principal ponto do governo, o branqueamento da população como explica SEYFERTH:

A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. (SEYFERTH, 1998, p.43)

Ainda reafirma SKIDMORE:

A teoria brasileira do “branqueamento”(…) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada”e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (SKIDMORE, 1989, p.81)

Na região acima da serra, conhecida como Planalto Norte catarinense, não foi diferente, a colonização foi majoritariamente alemã, com alguns colonos vindos de outras regiões da Europa, mesmo lá não existindo o “negro” para o processo de mestiçagem. A preocupação que tinha o governo com o indígena, que por ter pele de tom mais escuro que o europeu, também torna a região alvo da política de branqueamento.

Zipperer conta em seu livro que, em seu país natal, a Áustria, ainda pequeno presenciou as dificuldades encontradas por seus pais, diante de poucas terras e famílias

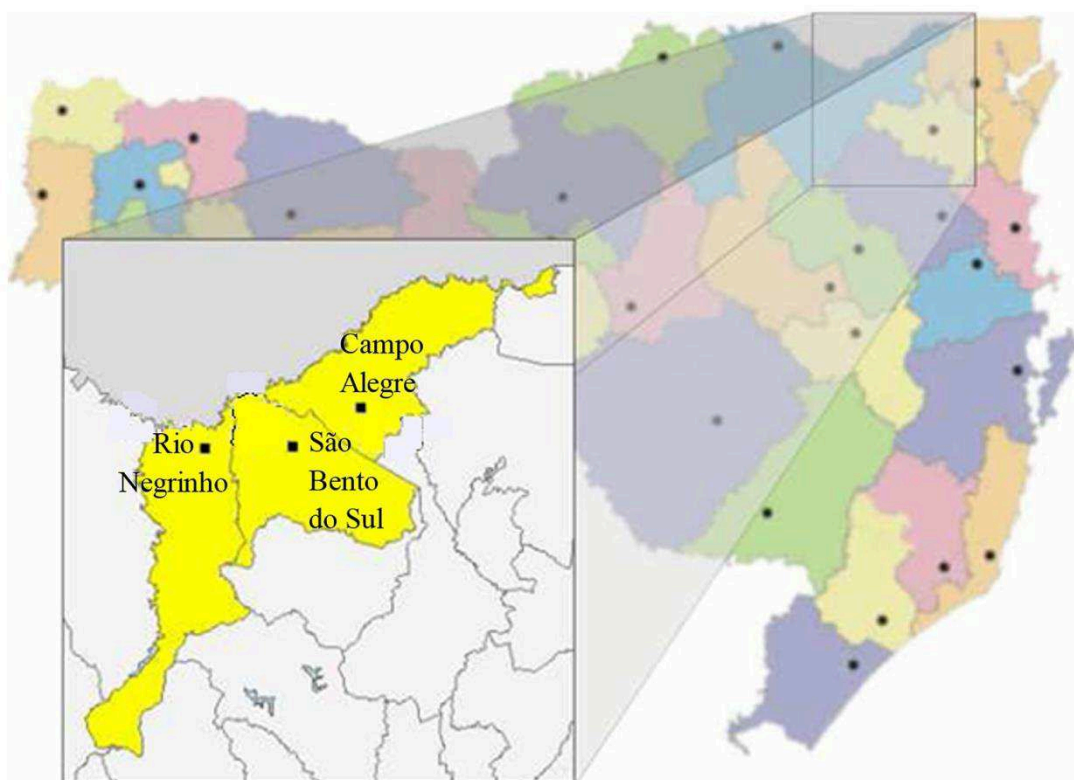
muito numerosas. Fala sobre os baixos salários que os trabalhadores recebiam e que foi esse o principal estopim, para sua família decidir se mudar para o Brasil (ZIPPERER, 1951, p.9). Esse relato reflete uma experiência vivenciada por muitas pessoas que decidiram imigrar e tentar nova vida no Brasil: falta de terras, condições de vida precárias e famílias supernumerosas e uma escolha ou continuar no país de origem ou tentar um novo começo em outro lugar, afamado pela vastidão das terras férteis ainda não colonizadas.

As principais cidades dessa região são Campo Alegre, primeira cidade acima da serra Dona Francisca, São Bento do Sul, maior cidade e polo industrial do planalto norte catarinense e Rio Negrinho que faz divisa com Mafra, todas pertencentes ao estado de Santa Catarina. Campo Alegre já existia quando São Bento do Sul foi fundado, habitando ali quatro famílias (ZIPPERER, 1951, p.15), quando fundada São Bento, Campo Alegre torna-se um distrito de São Bento do Sul. A mesma permanece assim do ano de 1888 até o ano de 1897, quando conquista sua emancipação política e administrativa.⁹ Já Rio Negrinho, também vinculado ao município de São Bento do Sul só teve sua emancipação no ano de 1953¹⁰, sendo até então, parte do município de São Bento do Sul.

9 <http://www.campoalegre.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/18538> Acesso em: 10/09/2016.

10 <http://rionegrinhohotem.com.br/noticia/1507/rio-negrinho-134-anos--um-pouco-da-historia> Acesso em: 10/09/2016.

Figura 1. Microrregião do Alto Vale do Rio Negro.



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-80872016000100070. Acesso em 22/10/2016.

Esses três municípios englobam a região da colônia agrícola de São Bento e que após sua emancipação, passaram a integrar a Micro Região do Alto Vale do Rio Negro¹¹, que recebeu este nome devido a um dos maiores rios que corta a mesma, o Rio Negro.

2.1 Terra natal dos colonos

A situação econômica, política e social vivenciada pelos países da Europa, foi segundo o historiador PIAZZA, o principal fator para a onda de imigração que aconteceu para Santa Catarina:

Na primeira metade do século XIX a Europa e, em especial, os estados de língua alemã passaram por períodos de crise alimentar motivada pelo crescimento populacional.

¹¹ http://www.saobentodosul.sc.gov.br/c/sao-bento-do-sul-em-dados#.V_AaeygrLIU Acesso em: 10/09/2016.

A concentração das grandes propriedades rurais nas mãos da aristocracia dificultava a vida da classe camponesa.
O regime político era o absolutismo. (PIAZZA, 1983, p.67)

Vindos de diversas partes da Europa, principalmente da Alemanha, os colonos tentaram um novo recomeço em terras brasileiras, alguns vieram com famílias inteiras, outros vieram em menores contingentes com apenas amigos ou irmãos, assim as companhias hanseáticas, como já visto no início do capítulo, auxiliaram no tal branqueamento proposto pelo governo brasileiro na época. Vislumbrados por propostas de terras fartas, vastas, onde tudo nasce tudo cresce, largavam tudo e vinham atrás do sonho de refazer a vida que na Europa já não mais prosperava como em outras épocas. Não foi de um único povo a “honra” de colonizar o planalto norte, houve imigrantes de vários locais da Europa, contribuindo assim para a miscigenação ocorrida na cidade. PFEIFFER explicita que foram selecionados imigrantes de várias regiões da Europa para colonizar as terras do planalto norte catarinense quando expõem a lista dos primeiros colonos que subiram a serra com a tarefa de tornar os campos do planalto locais habitáveis para seu estilo de vida. PFEIFFER apresenta as listas organizadas com base nos dados existentes no acervo documental de Arquivo Histórico de Joinville:

24 provieram da Prússia Ocidental
15 da Pomerânia,
12 da Boêmia,
5 da Áustria,
2 da Saxônia
1 da Baviera,
1 da Westfália e
2 da Polônia

Josef Blau, o famoso cronista do “Böhmerwald”, por sua vez, esclarece a origem de mais cinco dos oito faltantes.
1 vindo da Boêmia do Norte (Augusto Schröeder),
1 da Pomerânia (August leffke)
1 da Polônia (Anton Jachesfsky) e
2 teuto-poloneses (Jacob Pillat e Thomas Cherek)
Totalizando 67. (PFEIFFER, 1916. p.8)

Tendo em vista que as condições prometidas no novo país deviam ser melhores que as do país de origem, para que assim os imigrantes tivessem interesse real em permanecer e empreender nas terras que lhes foram vendidas. É sabido também que nos países europeus já não tinham mais a vida próspera de anos atrás, já não sobravam terras ou trabalhos para as famílias com seus vários filhos e assim a vida ia endurecendo para quem ali viviam. SOARES retrata tais problemas e promessas encontradas pelos

europeus que ainda tinham no horizonte a esperança de melhores condições para si e suas famílias, SOARES comenta que “trabalhavam no campo, mas, as terras não lhes pertenciam. Uma parte da colheita era entregue aos proprietários, pouco sobrava para os colonos que muito laboriavam” (1992. p. 13).

Tal trecho mostra apenas uma das diversas condições difíceis encontradas por aqueles que pouco tinham e sabiam que pouco teriam se ali continuassem, eram apenas mão de obra barata e facilmente encontrada na maioria da Europa. Ainda se formos mais a fundo podemos ver a propaganda feita para conquistar os colonos e assim poder trazê-los para o Brasil, SOARES comenta que: “ficam sabendo que aqui no Brasil havia terra que eles poderiam comprar, pagando parceladamente. Até uma Companhia de Navegação fazia o transporte. Era uma terra virgem que precisava de quem a colonizasse, fundando uma cidade” (1992. p. 13).

A partir dessa citação percebe-se que a vontade coletiva dessa população tornara-se vir para o Brasil em busca de um novo recomeço, alguns tinham expectativas financeiras muito ruins, enquanto outros tinham situações financeiras consideradas medianas o que poderia lhes favorecer no novo país. Assim os futuros moradores do Brasil venderam tudo que puderam, juntaram tudo que tinham e “colocaram dentro de seus baús o pouco que possuíam e todas suas esperanças de viverem com dignidade sem serem servís, e embarcaram em direção a este mundo desconhecido, sobre o qual os europeus vinham falando tanto.” (SOARES, 1992. p. 14)

Convidaram amigos, parentes e familiares que tivessem coragem o suficiente para juntos iniciarem uma nova vida em um país desconhecido do outro lado do oceano, sem saber quais as reais condições que encontrariam, por isso, o apoio dos familiares e que seguissem juntos essa empreitada, era de suma importância. A presença da família significava ter melhor apoio e mesmo para ter com quem dialogar se expressar e poder contar quando a saudade da terra natal batesse.

2.2 Iniciando a nova vida em terras brasileiras

Voltando aos relatos de ZIPPERER entendemos melhor a divisão que se deu das terras para os primeiros colonos e o motivo para que inicialmente só os homens subissem a Serra deixando suas famílias nos acampamentos de colonos em Joinville,

apenas posteriormente voltando para buscá-los e assim começar de fato sua experiência colonizadora. “Chegamos a São Bento, à beira de um riacho do mesmo nome, encontramos apenas uma pequena clareira aberta na mata, onde tinha sido construído um rancho de taboas rachadas, coberto com folhagem de taquara e que serviria para nosso pouso” (ZIPPERER, 1951. p. 15). Ainda complementa os primeiros relatos da terra que encontraram e como fizeram para que estivesse tudo pronto para enfim iniciar a vida acima da serra.

Iniciamos, todos em conjunto, a derrubada da mata, ou melhor, fizemos pequenas roças em cada lote, para que cada um pudesse começar a construir sua choupana e fazer, ainda em tempo, alguma plantação. Após três semanas de trabalhos, voltamos a Joinville, para trazer as mulheres, as crianças e a bagagem; também os mantimentos tinham se esgotado e o mato nada nos fornecia. (ZIPPERER, 1951. p. 15)

Inicialmente, os homens das famílias subiram a serra para preparar o local onde firmariam raízes, abriram as picadas na mata e prepararam as terras. As mulheres e crianças foram poupadas da subida que era tortuosa e perigosa. Veremos também o tempo longo de trabalho, para que em conjunto, os imigrantes conseguissem transpor os obstáculos impostos pela natureza geográfica do local. Três semanas de trabalho para por suas novas terras em condições que fossem habitáveis conforme seus padrões de vida, com mantimentos regulados e trabalho braçal realmente desgastante tiveram que trabalhar de forma organizada para que todos conseguissem finalizar a tarefa e assim poder trazer suas famílias.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o tamanho das terras que cada imigrante recebia para seu recomeço no Brasil, pois, para ser produtivo e lucrativo para o imigrante deveria ter um bom tamanho, caso contrário as companhias colonizadoras e mesmo o governo do país não receberiam de volta o dinheiro que haviam investido ou emprestado para os colonos. ZIPPERER cita que “cada imigrante acima de 20 anos de idade, tinha direito a um lote de terras com a área de cerca de 100 morgos, ou geiras (10 alqueires¹²)” (1951. p. 15).

O que pode ser percebido é que famílias com filhos acima de 20 anos receberam terras que podiam ser unidas, semeadas e trabalhadas com mais mãos, tendo assim mais

¹² Alqueire - unidade de medida de superfície agrária equivalente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás a 10.000 braças quadradas (4,84 hectares), e em São Paulo a 5.000 braças quadradas (2,42 hectares). <http://imoveisvirtuais.com.br/medidas.htm>. Acesso em: 02/04/2017.

chance de sucesso e rentabilidade. O sucesso dos colonos era algo esperado, por eles e como já supracitado pelo governo que esperava nessa via de mão dupla o branqueamento do país e ainda receber seus investimentos de volta, ainda visando à lucratividade futura das terras agora tidas como uteis e assim impulsionar ainda mais a economia nacional, mesmo que lenta e gradativamente.

Como já visto os alemães foram os primeiros e principais colonizadores de Santa Catarina tendo fundado várias colônias que prosperaram como Blumenau, Joinville e Pomerode. Cidades que representavam o progresso e ainda atendiam ao principal ponto do governo, o branqueamento da população. Branqueamento esse que impulsionou o então império a criar a chamada Lei de Terras¹³ (1850):

Essa lei dispunha sobre as terras devolutas no Império determinando a medição, demarcação e a utilização para colonização. Especificava sobre a reserva de terras para os indígenas, a fundação de povoações, sobre a aquisição de terras por estrangeiros e sobre o ingresso do imigrante europeu às custas do Governo Imperial. (PIAZZA, 1983, p.66)

A referida lei era um reflexo da Lei Eusébio de Queiroz que acabava com o tráfico negreiro. Com o fim do tráfico e o alto preço dos escravos não existia alternativa viável que não a mão de obra imigrante. Tais medidas se apoiam na política externa Inglesa que passava por seu momento de revolução industrial, em um sistema onde o proletário se tornava muito mais viável que o escravo. O Brasil como devedor da Inglaterra, segue seus passos a caminho da prosperidade. Para melhor entender a lei de terras e todo seu impacto, eis aqui alguns dos seus pontos de maior impacto no estado de Santa Catarina:

Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 12 – O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações, abertura de

¹³ De acordo com o art.3 da lei 601, de 1850, são consideradas terras devolutas:

“1º As terras que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras condições do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem reavaliadas por esta lei.

4º As que se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se Fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei.” (NÖTZOLD, 1999, p.19)

estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; para a construção naval.

Art. 18 - O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem¹⁴.

Ainda nos primeiros anos de sua existência a Colônia Agrícola de São Bento organizava-se. Em 1876 a colônia recebeu a visita do presidente da Província de Santa Catarina. Nesse mesmo ano, pela Lei Provincial nº 801, de 6 de abril, foi criado o distrito de São Bento do Sul. Em 21 de maio de 1883, pela Lei Providencial nº 1030, foi criado o Município de São Bento do Sul, lei essa que só vigorou no início do ano de 1884.

Os primeiros anos se mostraram difíceis para os imigrantes que se instalaram na região. A diferença de clima, a existência de animais peçonhentos e as doenças como febres, gripes eram algumas das adversidades encontradas, ZIPPERER constatou que uma enfermidade acometeu seu irmão, que não suporta e torna-se o primeiro imigrante da leva de setenta famílias a morrer no seu novo lar, havia sempre que estar com os olhos abertos para que não se descuidassem ou esquecessem que não mais estavam na Europa onde sabiam como tudo funcionava, mas sim em novas terras, em outro país com males ainda desconhecidos pelos mesmos:

E foi quando ainda morávamos no rancho de imigração, que uma imensa tristeza veio abater-se sobre nós: adoeceu o meu irmão Francisco, com febre maligna e baldados foram os cuidados, a êle dispensados, com tanto carinho, pela mãe e por todos nós, com poucos recursos, que dispúnhamos. Após poucos dias de enfermidade ele veio a falecer, em pleno vigor dos seus dezoito anos. Foi grande a dor, que de todos nós se apossou, profundamente consternados velamos seu corpo durante a noite, e , no dia seguinte, abrimos uma cova no lote do meu pai, onde o sepultamos. O primeiro ente querido a morrer no seio da terra estranha. (ZIPPERER, 1951. p.16)

Não só com o perigo da morte os moradores se preocupavam, tinham também a distância entre vizinhos e a falta de recursos. Um local distante de tudo, onde os colonos viviam com o que tinham em mãos e enfrentar as dificuldades encontradas no seu dia a dia. Se precisasse comprar algo o colono tinha que mandar buscar de Joinville, o caminho era longo e demorado para as carroças com as encomendas subirem a serra, os

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm Acesso em: 10/09/2016.

vizinhos distantes e assim sendo a vida continua difícil. Relata ZIPPERER o caso do primeiro recém-nascido, filho de colono da cidade:

Lembro ainda aqui o caso do nosso companheiro Duffeck. Tinha pronto o seu casebre e logo o ocupou, com sua mulher grávida; quando sobreveio a hora do parto, nem sequer um visinho pode chamar, pois, era ele o último morador na picada, tendo que assistir, ele próprio, a parturiente, com suas mãos calosas e pesadas. No entanto, tudo ocorreu bem. O primeiro brasileiro nascido em São Bento, desenvolveu-se, cresceu e hoje já é homem de idade. (ZIPPERER, 1951. p.17)

Como este estudo aborda a invisibilidade do povo indígena na região citada, não se pode deixar de notar e comentar o fato acima documentado. Primeiramente, a visão do colonizador de que no local nada existia, que não violaram direito de ninguém, quando ali se instalaram. Segundo, devemos entender que não foi realmente o primeiro brasileiro a ali nascer, mas sim o primeiro filho de um colono europeu a ali nascer, não o primeiro a nascer em território nacional, mas sim o primeiro a nascer na colônia de São Bento, não se tem registros de nascimentos anteriores a esse até o presente momento. Se pode afirmar como já foi visto no capítulo anterior que essa área já era habitada há muito tempo antes dos colonos chegarem.

Pode ser observada pelos relatos que a vida era difícil, a terra era de boa qualidade para plantar, a vida era afastada de tudo e tinham que se virar como podiam e ainda nos primeiros anos, mesmo com toda sua mão de obra, precisavam de mais gente que pudessem auxiliar com as plantações, fizesse a cidade crescer, o comércio prosperar, dentre outros aspectos necessários para a manutenção da vida na colônia. Os parentes de longe trocavam cartas com os instalados no Brasil, queriam saber com era a vida e talvez também tentar a sorte, afinal se os primeiros deram certo, porque com eles não daria? Assim as cartas dos que aqui viviam contavam como tudo era bom e agradável, convencendo os parentes a se juntarem a eles no novo país e tentar ganhar a vida.

Os chamados surtiram o efeito esperado, pois, ZIPPERER (1951, p.18) mostra que até o ano de 1875 muitos amigos, parentes e conhecidos se apresentam para as companhias colonizadoras e fizeram a travessia do oceano, assim se juntando as primeiras famílias que aqui estavam. Vinham esses com suas famílias, juntavam o pouco que tinham, vendiam o que não podia trazer e se aventuravam na certeza de que tudo daria certo, pois, os que já estavam aqui haviam começado a colonização e lhes garantido que as terras eram boas e que o sucesso era praticamente certo.

“Os primeiros imigrantes chegaram à colônia de São Bento no ano de 1873” (ZIPPERER, 1951, p.15), assim sendo, muito havia acontecido nesses dois anos que se passaram, até chegar ao ano de 1875, momento esse em que chegaram novos contingentes de imigrantes. Apesar de parecer pouco tempo, o especial interesse na região fez com que a mesma se desenvolvesse rapidamente de seu estágio inicial de apenas algumas casas e poucas famílias. Em 1885 chegavam novas famílias à futura cidade de São Bento do Sul que prosperava rápido, conseguindo uma estabilidade e potencial de crescimento com as novas levas de imigrantes que ficavam maravilhados pelo sucesso dos que ali estavam. Assim se inicia o período dos primeiros anos da colônia Agrícola de São Bento.

2.3 Primeiros anos da colônia agrícola de São Bento

Como pode ser visto o início da colonização da região teve suas dificuldades, sendo o primeiro deles a própria viagem, tendo que subir a serra, que ainda estava em condição de início de caminho, em alguns lugares apenas havia picadas na mata abertas. Logo depois a preparação dos lotes, que foram feitas em mutirões pelos colonos, assim facilitando seu trabalho. E ainda o ultimo desafio de levar o resto de sua família serra a cima com suas famílias que ainda estavam esperando e só se juntaram aos mesmos depois dos lotes prontos.

Depois das dificuldades iniciais superadas e de bem estabelecidos em suas novas terras os colonos se preocuparam em contatar os amigos e parentes, assim fazendo o número de moradores crescerem rapidamente nos primeiros anos da colônia, fazendo assim a colônia prosperar mesmo com as dificuldades do caminho para chegar até a mesma. Dificuldades essas que acabaram se amenizando com o passar dos anos, já que a colônia crescia de tal modo, ligando o planalto norte ao vale do Itajaí, que passou a ser vista com especial cuidado pelo presidente da província, a estrada Dona Francisca que já estava em construção desde o ano de 1858 teve seus trabalhos agilizados devido ao interesse do governo na ligação, para o escoamento de mercadorias, que provinham da colônia ou mesmo do Paraná e também fariam o trajeto contrário subindo a serra e assim auxiliando ainda mais no crescimento da colônia que florescia e crescia a cada ano que passava. PFEIFFER mostra a importância da construção que mesmo que sendo demorada iria trazer frutos para todos que usufruíssem do novo caminho.

As obras do traçado – definitivo e irreversível - dessa importante estrada de penetração no sertão brasileiro, construída a mando do Governo Imperial (a primeira foi a de Rio de Janeiro-Petrópolis), foram iniciadas oficialmente no dia 8 de março de 1858 na Colônia Dona Francisca (hoje Joinville). Embora levasse 30 anos para ser concluída, é inegável que esta via pública serviu para consolidar a implantação de colônias, auxiliando na fixação do imigrante na terra e ampliando significativamente as oportunidades de desenvolvimento da região. (PFEIFFER, 1997. p.35-6)

Nos períodos em que não trabalhavam na lavoura ou entre safras os colonos encontravam trabalho na construção da estrada, assim recebendo quantias de dinheiro para trabalhar por um período de alguns dias, dinheiro esse que era de bom proveito para o início da vida na terra brasileira. A terra não era a mesma que se encontrava na Europa e por mais que agricultor fosse a profissão dos moradores da colônia, pelo menos em sua maioria, ou seja, ainda tinham que aprender como cultivar a nova terra. Necessitando aprender os meses certos para fazer as roçadas e plantações, semear e saber quando iriam colher. A estrada teve papel fundamental como fôlego inicial e até mesmo como auxílio para esses moradores que ainda estavam a se habituar à nova vida. Novamente encontramos nos relatos de Josef Zipperer a exemplificação de tal atividade, mostrando a importância da estrada que até mesmo em seus relatos decidiu documentar, vide o progresso que a mesma traria para a região, como cita ZIPPERER: “a estrada Dona Francisca estava sendo construída no alto da serra, km. 33 e havia ali um ganha-pão, na construção daquela estrada. Já no segundo dia tínhamos que seguir para os trabalhos da estrada, que levava em direção a São Bento, no planalto, para onde justamente nos destinávamos.” (1951. p.14)

Ainda duas datas são marcantes e tidas como importantes para a construção da estrada. Uma delas é relatada por KORMANN (1990, p.20) mostrando que a estrada é inaugurada na data de 24/06/1877 quando uma carroça transportando erva mate, “a menina dos olhos dos anos iniciais da Colônia”, chegou a Joinville, ligando definitivamente Planalto Norte e Vale do Itajaí, dando mais um passo em direção ao progresso, tornando o comércio mais rápido e eficiente na região, visto que essa data é apenas alguns anos após o início da Colônia Agrícola, vemos que é de suma importância tal ligação entre as localidades. PFEIFFER (1997. p.48) nos mostra que a estrada só foi finalizada no ano de 1892, sendo essa data mencionada por KORMANN, novamente mostrando a importância da estrada. Mesmo que não estivesse

completamente finalizada a estrada, deu-se como inaugurada e utilizada antes de ser completamente findado seu traçado. Até o ano de 1892 o trabalho na construção ainda foi assegurado e tido como forma de emprego para aqueles que não tinham tanta sorte em suas plantações. Até mesmo que precisassem de algum capital rápido, tendo em vista que as plantações são investimentos a longo prazo e sem certeza de lucro devido a diversos fatores externos que podem acometer a plantação.

Como supracitado, a primeira carroça que fez o traçado da Serra Dona Francisca estava carregada com erva-mate, essa tida como o motor da economia e comércio durante muitos anos na Colônia Agrícola São Bento. Como pode ser observado, a erva mate existia em abundância na região e no início não precisava de cultivo, pois, é nativa da região, precisando apenas ser colhida. Devido ao grande número de matéria prima encontrada nos arredores da Colônia, a erva-mate passou a ser rapidamente vista como fonte de lucro e renda. Os carroções chamados de “Sãobentowagen”, pelos moradores da região, eram puxados por seis ou oito cavalos e tinham grandes capotas brancas cobrindo os insumos, assim, começam a se multiplicar como reflexo do ciclo do mate que se iniciara na região (PFEIFFER, 1997. p.42).

Nos relatos vemos que já no ano de 1875 os carroções desciam pela estrada dona Francisca, tida como não terminada, tendo assim que fazer desvios de trajetos e trafegar por partes da estrada não concluídas. Começaram a surgir ao longo da estrada indústrias de erva mate, processando a erva em seu estado inicial, posteriormente sendo mandada para outras cidades para que continuasse sua fase final e poder assim se tornar a erva de chimarrão (PFEIFFER, 1997. p.45). Alguns dos moradores da região transformaram suas terras e suas casas para poderem processar a erva mate, transformando moinhos de arroz, por exemplo, em moinhos de erva mate:

Para os moradores da região de São Bento, a introdução da indústria do mate na Colônia Dona Francisca proporcionou a possibilidade de recolherem a erva-mate abundante em suas terras e transformá-la em dinheiro corrente. Além disso, a nova indústria deu trabalho a muitos artesãos... (PFEIFFER, 1997. p.46)

O comércio da erva mate deu uma nova cara para a Estrada Dona Francisca que passou a ter muitos carroções subindo e descendo seu trajeto, se multiplicando rápido e assim aumentando o comércio e transporte significativamente na região, ainda fazendo o caminho até Rio Negro no Estado do Paraná. Tornando-se ponto de ligação e uma das principais rotas de escoamento de mercadorias entre os dois estados, perdurando tal

tráfego até a revolução federalista, quando devido à posição estratégica da cidade e também da estrada, houve grande número de passagem de tropas e exércitos pela mesma, assim causando danos incalculáveis para a mesma que não estava pronta para receber tamanho tráfego de pessoas e carroções, tendo sua recuperação apenas após o conflito de maneira lenta e gradativa (PFEIFFER, 1997. p.48).

Com o passar dos anos, a população aumentou significativamente e em 1883 contava com o número de 8700 pessoas registradas, ainda com o seu maior número de habitantes imigrantes, mas já com muitos nascidos no Brasil. A economia baseada na agricultura assim como a pecuária já haviam ultrapassado até mesmo a Colônia Dona Francisca (Joinville).

São Bento do Sul era inicialmente uma localidade que pertencia a Colônia Dona Francisca, se desmembrando posteriormente, fato esse que foi de suma importância para as decisões que estavam por ser tomadas (FICKER, 1973, p.241). Os comércios se multiplicaram, a atividade da colônia crescera e agora não mais podia ser vista apenas como uma pequena localidade, sua importância era notável e chamara a atenção dos administradores, que decidiram que estava na hora de um novo passo na história da cidade. Devido ao elevado status que a cidade possuía por todos seus atributos e potencial aqui já citado no ano de 1884 é elevado a Município, tornando-se São Bento do Sul/SC como relata FICKER “pela lei provincial nº1030, 21 de maio de 1883, a freguesia de São Bento foi elevada à categoria de vila. Esta lei lhe dava a emancipação política, desmembrando as terras, com os mesmos limites anteriores do município de Joinville” (1973, p.236). Tal lei entrou em vigor apenas no ano seguinte, sendo, portanto, o dia 21 de maio a data da emancipação de São Bento do Sul.

2.4 Prospera e cresce a agora São Bento do Sul

São Bento do Sul encontrava certa dificuldade no campo do ensino básico, que no início dos anos do município era feito quase que exclusivamente por escolas particulares, as quais ensinavam na língua materna, sendo esses o alemão e o polonês na sua grande maioria. Havia apenas uma única escola na cidade para ensinar a língua portuguesa (FICKER, 1973, p.250). O colono não era total culpado por não dominar a

língua que vigorava no Brasil, pois haviam poucos professores que lecionavam em português, também devido a falta de escolas públicas para o exercício do ensino.

Tal quadro foi mantido praticamente inalterado até o início de 1900 quando medidas mais duras começam a ser tomadas para a manutenção do ensino no município. SOARES mostra em suas pesquisas que no ano de 1903 a educação se apoia na “fixação das irmãs polonesas em São Bento que viriam diretamente da Polônia para instruir os filhos dos poloneses que pouco aprendiam nas escolas onde o professor ensinava na língua alemã.” (1992. p. 46-7)

Mesmo como medida inicial, a vinda das irmãs polonesas se fez importante para ensinar aqueles que pouco sabiam, instruindo-os, pois eram filhos de colonos. Não havia muito interesse em colocar os filhos na escola, era mais proveitoso que os filhos aprendessem a profissão dos pais logo cedo, para assim poder ajudar na colheita, nos trabalhos domésticos, no ofício de seus pais, dando continuidade a profissão.

Pode-se perceber um rigor maior no ensino com o passar dos anos, “no ano de 1911 por exigência do Governo do Estado, que pede rigor na implantação do ensino da língua portuguesa nas escolas, ameaçando fechar aquelas em que o professor só ensinava em sua língua de origem, ou seja, alemão ou polonês” (SOARES, 1992. p. 47). O intuito era fazer com que os colonos aprendessem a língua nacional e pudessem se comunicar com a cidade em um único idioma, facilitando as relações de comércio, de parcerias e fazendo-se entender como uma única localidade, um único município. Acreditava-se que quanto mais simplificada fosse a comunicação entre os moradores mais o município poderia crescer.

Outro fato comemorado e documentado na cidade e toda a região foi o abastecimento de energia elétrica, sendo o primeiro local do estado a se modernizar. Em outros lugares a iluminação era feita por meios menos avançados, adiantando-se assim até a própria capital do estado, esse fato foi também devido ao interesse da instalação de fábricas na região, ou seja, a modernização era o futuro. SOARES relata tal fato em seu livro, o retirando de uma matéria do jornal impresso da época, “O Catharinense, 09 de Fevereiro de 1913”

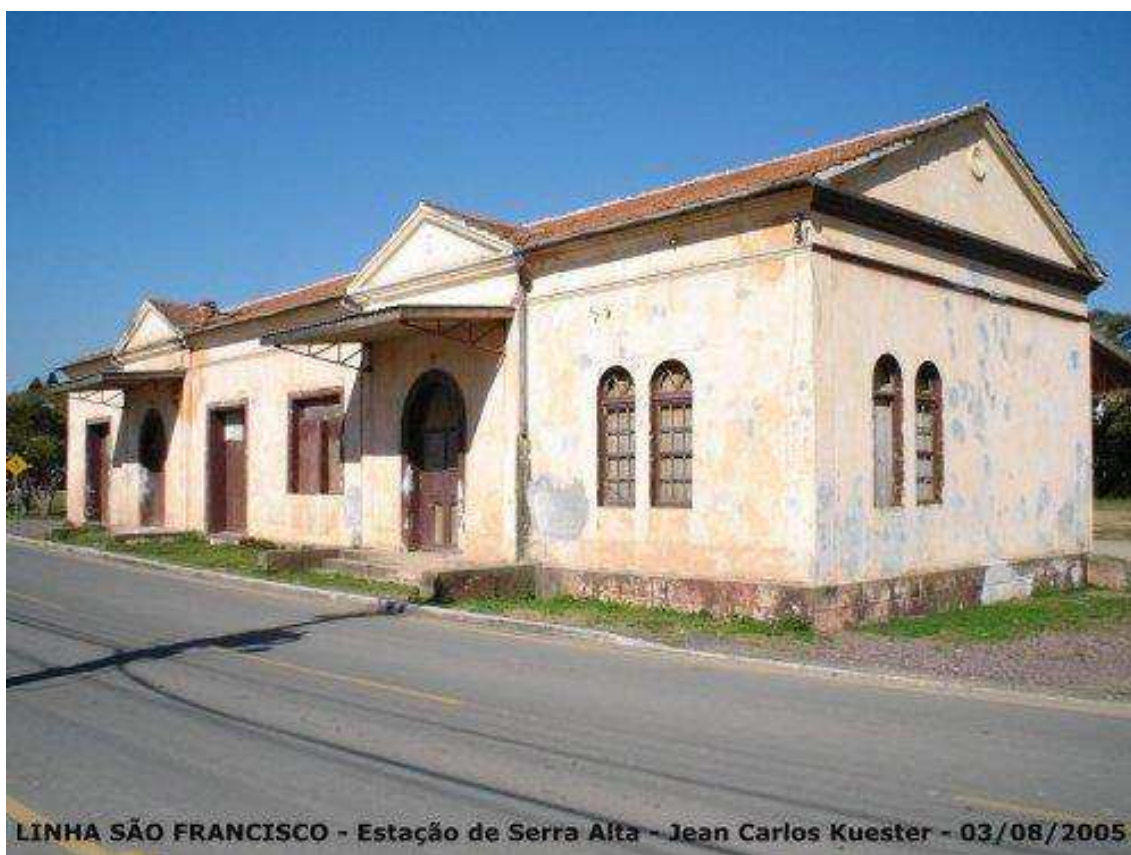
Conforme havíamos anunciado teve lugar no dia primeiro do andante a inauguração da luz elétrica na nossa florescente Villa.
Este facto veio encher a nossa população do mais inexpressível jubilo, portanto elle constituiu uma prova de que caminhamos a passos largos para o progresso.

Em nosso estado é a primeira Villa que é dotada deste útil melhoramento, quíça tão necessário para um logar como o nosso bastante adoptado a venrar-se, pelo seu clima excellente. (SOARES, 1992. p. 44)

Outro ponto em que o progresso atingiu em cheio a cidade e consequentemente toda a região, foi a medição das terras para a construção da estrada de ferro que cortaria a região, ZIPPERER documenta tal fato em seus escritos “ainda nos primeiros anos do século em curso, ouvimos notícias, segundo as quais seria construída a estrada de ferrote São Francisco a Rio Negro.” (1951. p.70). Esta seria mais uma alternativa para a ligação com as cidades maiores e assim o escoamento de produtos para todas as partes. Houve alguns imbróglis, como as mudanças do traçado que seria feito dentro do município, fato esse que nunca foi esclarecido para os moradores, assim atrasando um pouco mais o início das viagens pela estrada de ferro.

Em 1913, a primeira locomotiva atravessa as terras do município, apitando e mostrando sua força, sendo documentado e reverenciado pelos moradores que ali residiam na época, como relata ZIPPERER “no ano de 1913, quando termino os meus apontamentos, ouço o apito estridente das locomotivas, a traduzir uma nova era de progresso para São Bento.” (1951. p.71)

Figura 2. Estação Ferroviária de Serra Alta desativada, no município de São Bento do Sul/ SC



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/sc-saofranc/serraalta.htm>. Acesso em 22/10/2016.

Os próprios moradores da região conseguiam entender a importância de tamanha obra e os benefícios que a mesma traria para a cidade. Foram construídas três estações ferroviárias na cidade, devido a sua extensão territorial, sendo elas a estação de Rio Natal, a estação do Rio Vermelho e a estação de Serra Alta. Todas foram construídas entre os anos de 1911 e 1912, tendo sua inauguração no mesmo dia, 01 de Abril de 1913 (SOARES, 1992. p.85). As estações, ou pelo menos suas construções se encontram nas extremidades do município, no traçado da estrada de ferro que ainda é utilizado por companhias ferroviárias, sendo pontos estratégicos para a parada, reabastecimento e manutenção em caso de algum infortúnio decorrente no trajeto. O traçado da estrada de ferro que passa por pontos sinuosos como serra, grandes e acentuadas subidas, descidas e curvas que acompanham a paisagem. A estrada está ativa até os dias atuais, transportando apenas carga, assim não mais levando passageiros. Fato esse que causou a desativação quase que por completo das estações ferroviárias da cidade.

CAPÍTULO 3 DOCUMENTOS, RELATOS, LEIS E HISTÓRIAS SOBRE O CONTATO ENTRE COLONO E INDÍGENA

O colono e o indígena habitavam a mesma região, tendo uma coexistência variando entre o pacífico, quando viviam um longe do outro sem o menor contato e o agressivo quando as colônias cresceram e os espaços de mata para os indígenas diminuíram. As autoridades de tudo sabiam e apoiados nas medidas que refletiam da lei de terras, continuavam a afugentar e confrontar as famílias indígenas que ali viviam. Como explicam NÖTZOLD e VIEIRA “as autoridades oficiais estavam cientes das consequências do contato violento entre colonos e indígenas” (1999, p.21).

O trabalho feito pelo estado para incentivar o colono a vir ao Brasil ainda tinha um reforço quando aqui instalados para que tivesse a segurança contra os indígenas que habitavam a região. Segurança essa, que foi da companhia de pedestres aos bugreiros, das cercas, a espingarda sempre presente na mão do colono quando trabalhava em suas lavouras ou saía para verificar suas terras, atirando para afugentar ou mesmo matar se preciso o indígena no caso de invasão da propriedade do colono, SANTOS (1963, p.27) explica tal reforço do governo quando uma família de indígenas atacou várias vezes uma determinada área, causando estragos e preocupando o governo que se viu obrigado a auxiliar os imigrantes lhes facilitando a compra de armas e munição para sua própria defesa. O estado tinha com o povo Xokleng/Laklãnõ especial cuidado, tendo em vista que estes estavam ocupando a região de importante ligação entre serra e vale. Considerados arredios e de difícil contato, como explica SANTOS (1963, p.26) o Xokleng/Laklãnõ era visto como o terror do homem branco, saqueando destruído e matando os imigrantes, fato esse que é tido como fantasioso, já que o povo indígena agia motivado pelo medo, pois, o colono não era amistoso quando se encontrava frente a frente com o indígena. Tais fatos associados a esse povo fez com que o colono tivesse sempre um grande temor com os indígenas, assim também agindo pelo impulso e pelo medo, tornando o contato ainda mais violento e causando morte e desentendimento. Isso perdurou por muitos anos na região, levando a expulsão dos indígenas de sua terra e quase que a dizimação do seu povo durante a caça indiscriminada ao indígena que tinha muitos adeptos e simpatizantes, criando grupos de perseguição e caça dos povos indígenas da região, tudo com a visão de assegurar o futuro da colônia:

Os indígenas apresentavam-se como uma ameaça à concretização dos ideais de “progresso” e “civilização”, dentro desse sistema ideológico divulgado, onde a figura do bugreiro aparece como “herói” capaz de estabelecer a paz. Através dessas medidas as Companhias Colonizadoras e o Governo Provincial iniciaram o extermínio de grande parte da população nativa, através do incentivo e manutenção da ação dos bugreiros, que tinham como principal missão a liberação ou limpeza das terras para a colonização. (NÖTZOLD; VIEIRA, 1999, p25)

A citação acima mostra a política utilizada no período da colonização e como o estado agia diante do “problema” que era o indígena na região, se nota claramente que não existiam políticas para um diálogo entre colono e indígena, ou para uma convivência entre ambos. Apenas o colono era beneficiado com as políticas do estado, que visava o branqueamento e a povoação das áreas vistas como férteis e sem utilidade antes da inserção do colono nas mesmas. Vemos que só um lado da história é levado em conta, o governo se colocava como superior perante os indígenas, ainda colocando entre os dois os colonos que eram privilegiados pelo estado nessa perspectiva de trocas como cita HOBBSAWN (1997, p.231) aquilo que as pessoas queriam ou precisavam, nem sempre era o que seus superiores achavam que eles deviam querer. O Estado se tornou um meio de opressão tirando todos os direitos e suprimindo os mesmos, apenas visando o benefício de alguns poucos.

Durante muito tempo o indígena foi invisibilizado pelos órgãos que governamentais. Com a entrada do colono nas regiões onde o indígena habitava, o governo tirou seus direitos e os tratou como um entrave, situação essa, que foi mantida até o início da república, quando algumas políticas foram criadas assegurando um pequeno, quase nulo direito aos povos indígenas como explica BITTENCOURT (2006, p.158) “no Brasil, nos primeiros vinte anos de vida Republicana, nada se fez para regulamentar as relações com os índios.” Assim pode-se ver que o cuidado com a criação de uma política que contemplasse os indígenas era o menor possível, assim os mantendo a margem da sociedade e das leis da época.

3.1 Leis e decretos que afetaram o modo de vida dos indígenas

Com o poder e influência que tinha, o governo criou leis e decretos para afugentar os indígenas e assim fazê-los irem para outras áreas procurando novos locais para viverem. Em uma das cartas do diretor da colônia São Bento, Otokar Doerffel para

o presidente da província João Thomé da Silva, ele demonstra a preocupação que tinha com os indígenas que estavam sempre nos arredores da localidade:

Direcção da Colônia Dona Francisca, aos 17 de Julho de 1874.
Illmo. e Exmo. Snr. Presidente.

Já em officio de 17 de Março do anno corrente permiti-me chamar a attenção de V. Excia. Ao estado melindroso, em que se acha o novo Nucleo he reconhecido pelo governo Imperial como parte integrante da Colônia Dona Francisca. Mas apesar do Contracto celebrado entre o Govêrno e a Sociedade e apesar dos terrenos enquanto occupados por colonos já foram pagos à Thesouraria Nacional e consequente são de plena propriedade da Sociedade, Contudo alguns moradores brasileiros dos Campos de Cima, dotados com titulo de compra da Presidência do Paraná, continuam a fazer roçadas dentro dos lotes dos nossos colonos. Tal estado das cousas faz receiar em breve gravíssimos excessos, se a Presidencia não proteger os colonos e não fizer expulsar os intrusos. Neste respeito peço a V. Excia. Digne-se mandar estacionar no novo núcleo colonial de S. Bento hum destacamento de soldados, não só de proteger os colonos contra os intrusos indicados, como também contra os assaltos dos bugres, que nas vizinhanças do núcleo colonial se acham em maior número. O simples facto de ali apparecer huma força policial sem dúvida vem restabelecer a autoridade para que os intrusos se retirem e não mais perturbem a tranquillidade de São Bento. Deos Guarde a V. Excia. O Director int.º O. Doerffel.¹⁵

No telegrama enviado no ano de 1874 pode-se perceber que as autoridades de São Bento estavam preocupadas com os indígenas que se faziam presentes na região, pedindo um destacamento de força policial para afugentar os mesmos. Outro fato que fica evidente no telegrama é o número de indígenas que habitavam a região, sendo colocados no telegrama como mais numerosos que os próprios colonos, rodeando o pequeno núcleo. Em nenhum momento é indagado sobre qualquer tipo de método para um contato com o indígena ou o motivo de eles estarem ali na região que era vendida ao colono como um território a ser colonizado e sem habitantes. A principal preocupação é a de expulsar os indígenas da região, sem nem ao menos terem perguntado se os mesmos já ali habitavam ou tinham algum direito ao território. Eram tratados como bugres, já mencionado que tal termo tem cunho pejorativo que visava mostrar o indígena apenas como selvagem. Fica clara a definição de uma unidade dentro da sociedade que vinha se formando como uma localidade, onde moradores que vieram de muitas regiões da Europa ainda aprendiam a trabalhar juntos, assim explica COPANS (1974, p.158-159) “a expressão geral desde desenvolvimento social é a passagem de sociedades sem classe a sociedade com classe. E é no âmbito destas que o político

¹⁵ Livro copiador da correspondência do Domínio D. Francisca 1870-1899. Acervo: Arquivo histórico Municipal de Joinville.

adquire a sua autonomia sob a forma de Estado”, os indivíduos se uniram diante de um empecilho em comum para todos, assim legitimando suas ações, no poder que lhes foi dado perante a lei.

A lei era utilizada para a melhoria da vida dos imigrantes, assim pedindo empréstimos e investimentos ao Governo Imperial, reivindicando abertura de novas ruas, forças policiais para combater os males que precisassem, entre outras. A mesma lei era utilizada para manter os indígenas longe da comunidade, ainda manter os “bugres” longe, assim evitando eventuais saques e preocupações para a comunidade. No telegrama trocado entre a intendência de São Bento e o governador, percebe-se a preocupação com a abertura de estradas assim ligando as localidades de São Bento:

Paço da Intendencia Municipal da Villa de S. Bento, em 21 de Agosto de 1890.

Cidadão Dor. Lauro Severiano Muller. Governador do Estado de Santa Catharina.

A Intendencia Municipal da Villa de S. Bento

Esta intendência não pode construir ou melhorar os caminhos coloniaes, não só por lhe faltarem os meios primários, como também por ser a sociedade colonizadora obrigada a fazer tais caminhos; e sendo assim, como é, acontece que alguns colonos possuidores de boas terras plantam cereais e não os podem vender por lhes ser impossível transitarem carregados pelas picadas que eles mesmos, a sua custa abriram no matto. Assim, pois, torna-se claro que a sociedade colonizadora recebeu do Tezouro Nacional dinheiro para construir caminhos coloniais não lhe deu applicação a que era obrigado; mas sim fez de tais quantias dividendo a seus accionistas, em prejuízo dos colonos e deste leigo e desrespeito de nossa colonização.¹⁶

A lei se fez necessária para o progresso da localidade naquele momento. O pedido foi pela abertura de novas estradas assim ligando ainda mais a localidade a outros locais. Tais estradas eram abertas em picadas de mato, como supracitado, por locais onde era quase impossível transitar com grandes veículos ou animais, apenas pessoas passariam com um nível menor de dificuldade, esses locais também eram os locais onde os indígenas passavam, caçavam e transitavam normalmente até a chegada do colono cortando a paisagem e diminuindo seus territórios. Assim a localidade ou Villa de São Bento lentamente ia se ligando de um lugar a outro e os contatos se tornam lentamente mais frequentes, mesmo tendo um índice baixo se comparado a outros locais como Blumenau. Os contatos existiram e o medo era o principal agente dos atos de ambos os lados, assim acabavam agindo por medo e seus contatos foram na maioria das vezes negativos. Os lugares definidos como povoação eram os seguintes “Artigo 102 –

¹⁶ Livro copiador nº 290 p.11. Acervo: Arquivo histórico Municipal de São Bento do Sul.

Para a boa interpretação do presente código de posturas deve-se entender por povoações os lugares, ou arroios, Lençol, Oxford, S. Bento e Campo Alegre¹⁷”.

Cada um desses povoados está localizado em um dos extremos da atual cidade de São Bento do Sul, assim os caminhos que as ligavam podem ser entendidos como longas estradas, abrangendo grande parte da região, tornando o contato mais intenso devido ao grande território que juntas representam. O contato diante das estradas construídas era tão ciente por parte dos imigrantes que até mesmo uma estrada recebeu o nome de Estrada dos Bugres ou Rio dos Bugres, a mesma tinha esse nome devido à frequência com que os indígenas Xokleng/Laklãnõ eram vistos naquela região. Estrada essa que mesmo a certa distância do ponto central da colonização de São Bento foi rapidamente povoada e logo depois abandonada por muitos que ali viviam, como conta ZIPPERER (1951, p.60), “quem, em nossos dias, ainda se lembrará de que na afastada e hoje quasi esquecida estrada dos Bugres, no alto da serra, vibrava uma vida social, em volta de duas escolas, que os moradores tinham fundado”. Essa mesma estrada com o nome peculiar que novamente explicitava a presença do indígena na região, anos mais tarde não foi tratada como um local a se pensar sobre como agir, visto que ali existiam pessoas anteriores aos colonos, apenas foi tratada como patrimônio público quando criado o projeto de lei:

Projecto de Lei nº 14

O conselho municipal resolve:

Art.1: Fica a superintendência Municipal autorizada a entrar em acordo com os respectivos proprietários ou a promover a desapropriação judicial de diversas faixas de terra, de 12 metros de largura e comprimento necessários para a mudança de trechos impróprios dos leitos das estradas do Patrimônio e Rio dos Bugres, bem como para a abertura de uma nova estrada ligando esta Villa à Estrada Dona Francisca onde mais convier¹⁸.

Esse projeto deixa clara a palavra desapropriar, assim mostrando total desinteresse por quem não tivesse as escrituras de terras, provando ser o dono da mesma. Mesmo sendo um período posterior, já no início do século XX ainda era comum aos indígenas terem esses territórios como locais de passagem, visto que já em menor escala se comparado à metade do século anterior, a localidade já em fase de

¹⁷ Livro de código de posturas de São Bento 1920-1930. Acervo Arquivo histórico de São Bento do Sul.

¹⁸ Livro e atas da Câmara municipal de São Bento do Sul 1920-1930. Acervo Arquivo histórico de São Bento do Sul.

crescimento adiantada e com um número populacional considerável ainda reivindica mais terras para a construção de novas instalações para a cadeia municipal:

Projeto de Lei nº 11

O conselho municipal resolve:

Art. 1: Fica o superintendente Municipal autorizado a adquirir por compra ou desapropriação por necessidade pública uma área de dois mil e quinhentos metros quadrados de terras, mais ou menos em lugar previamente escolhido para nelle ser edificada a Cadeia Pública e o Quartel¹⁹.

Novamente de forma explícita a palavra desapropriação é utilizada para validar a importância que aquela área representava à localidade, sendo a mesma comprada ou tomada de quem for que ali estivesse. Terras essas que eram de direito da localidade devido à escritura de compra ou doação que poderia ser dada pelo estado. Todo o processo era legal e legitimado por um poder chamado de estado, o mesmo que negava a existência do indígena e combatia seus membros na tentativa do branqueamento imposto a sociedade, que a essa altura já andava mais que avançado, sendo um processo tido como concretizado. Devido o ano abordado nos projetos de lei, deve-se ter em vista que os contatos com o não indígena já haviam começado, como relata BRIGHENTI:

Em 1914, depois de mais de um século de confrontos com os não indígenas que avançavam sobre seu território, uma facção Xokleng, denominado Laklãno, decidiu aceitar contatos amistosos com os não indígenas. O encontro ocorre entre o jovem servidor do SPI, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, com apoio de um grupo de indígenas Kaingang, no alto vale do rio Itajaí, nas margens do rio Platê. No planalto norte o contato amistoso entre os Xokleng e o funcionário do SPI, Fioravante Esperança, ocorreu em 1918. Outro grupo de Xokleng permaneceu sem contato no sul do estado. (BRIGHENTI, 2012, p.59)

Mesmo que os contatos já tivessem sido estabelecidos e o quadro lentamente já havia mudado, as leis e medidas tomadas dentro das localidades eram apenas pensadas visando o bem estar do colono, a melhoria da cidade e sem muito se preocupar se ainda podiam atingir de algum modo os povos indígenas, como por exemplo, a confecção de suas moradias que eram feitas da maneira mais rústica possível, com folhas e galhos sendo essas apenas temporárias devido ao seu nomadismo, vemos o projeto de lei que proíbe a construção de qualquer que fosse a estrutura semelhante a essas:

¹⁹ Livro copiador nº 290 p.11. Acervo: Arquivo histórico Municipal de São Bento do Sul.

Artigo 20 – Fica desde já proibida a construção de telhados de madeira ou folhas, mas digo mais das povoações, serão substituídas por outras de telhas de barro ou ardósia, ou chapas de metal, dentro de seis anos não se permitindo, porém, a reconstrução desses telhados com madeira desde já²⁰.

3.2 Fatos documentados desde o início da colonização da região

Desde o início da colonização diversos fatos são registrados, como encontros entre indígenas e não indígenas, algum colono que encontrava certo tipo de material confeccionado pelos indígenas e até mesmo o nome de um caminho de ligação das localidades distantes na época ser Estrada dos Bugres e ou Rio dos Bugres. Esses fatos são importantes para comprovar a existência do indígena na região durante o período abordado, assim foi documentado pelo imigrante, visto que o povo Xokleng/Laklãnõ ainda não tinha contato com a escrita e transmitia sua história de forma oral, sendo esse seu meio de registro dos fatos ocorridos de seu tempo e de gerações passadas. Desde o início da colonização na região se relataram casos de encontros com os indígenas e com seus artefatos. Até os primeiros contatos os imigrantes imaginavam não ter grandes problemas com os indígenas, como conta ZIPPERER:

Quanto aos bugres, julgávamos estar em perfeita segurança, já que, de acordo com nossa ingênua convicção, nenhum índio poderia subsistir numa mata tão cerrada e, ao nosso ver, pobre em caça e alimentos sob pena de morrer de fome, a exemplo do que, por pouco, aconteceu aos companheiros que estiveram perdidos na floresta (ZIPPERER, 1951, p.24)

Tal relato mostra a segurança inicial que os colonos pensavam ter, imaginavam estar sozinhos no alto da serra, que não seriam incomodados por ninguém que pudesse lhes causar algum tipo de malfeitoria. Esse quadro se modifica quando são alertados por um tropeiro como conta ZIPPERER(1951, p.24), “veiu, porém, o tropeiro Martim Mäder, de Joinville e recomendou, que tivéssemos a máxima cautela com os índios, pois, na serra, teriam chacinado toda uma família, o colono Glenschow, a mulher e duas crianças; outras duas se salvaram da matança, fugindo para o esconderijo”. Esse relato de tamanha brutalidade deixou os colonos em alerta, assim ficaram preocupados quanto

²⁰ Livro copiador da correspondência do Domínio D. Francisca 1870-1899. Acervo: Arquivo histórico Municipal de Joinville.

a esses que eram pintados pelo tropeiro como selvagens que atacavam sem motivo aparente.

O imigrante inserido no meio que não conhecia frente ao indígena que era exímio conhecedor da região parecia um alvo certo para as investidas do mesmo, a vantagem do colono estava em suas armas de fogo, tecnologia essa que os indígenas não tinham e que seus tacapes, arcos e flechas não conseguiriam se equiparar de maneira alguma. Mesmo assim o medo por parte do colono era grande e teve que ser acalmado de alguma forma pela administração da região, convocando um destacamento para fazer rondas e proteger a região de possíveis ataques dos indígenas, fato esse que já foi explicitado no sub capítulo anterior com o telegrama enviado pelo diretor da colônia pedindo o apoio de forças armadas, agora retratado pelo colono como atendido nos relatos de ZIPPERER (1951, p.24), “O Governo Provincial destacou então um contingente de 25 soldados, que foram aquartelados no alto da serra e de onde faziam um patrulhamento em todas as direções, mas nunca me constou, que tivesse havido algum reencontro com os selvícolas”.

O contato aqui relatado parece ter sido o menor possível, mas em outra parte dos relatos do colono, vemos que houve sim contatos pouco amistosos quando se tratava de outros colonos, como o caso de uma família que acabaram por se tornar, caçadores de bugres ou simplesmente bugreiros, se especializando em matar os indígenas que por ali apareciam, ZIPPERER(1951, p.26) relata que, “houve brasileiros, porém, como os membros da família Ferreira, que se tornaram, ao que fomos informados, autênticos caçadores de bugres. Estes vinham lhes roubar o gado, e, naturalmente, aqueles reagiam e se defendiam da ousadia dos bugres-ladrões”. Com essa fala fica claro o contato em escala considerável na região do alto da serra, sendo esse deveras hostil na maioria dos casos, ocasionando confrontos e mortes que na maioria das vezes, eram dos indígenas.

Como mostra FICKER (1973, p.208): novamente no ano de 1882 um destacamento de soldados foi requisitado para a proteção dos colonos que novamente se encontravam com os indígenas, os mesmos atacaram uma fazenda que estava no Km 17 da Estrada Dona Francisca, saqueando e levando alguns objetos, em sua maioria de metal. Não havia ninguém em casa no momento, apenas sendo encontrada a fazenda saqueada e depredada quando retornaram os colonos ao local. Houve novo enfrentamento dois dias depois em uma área próxima como conta FICKER:

Porém, já dois dias depois, os índios ameaçaram as vidas e propriedades dos colonos moradores ao longo desta importante via de comunicação e aconteceu, que, às 10 horas da manhã no Km. 20 da Estrada da Serra, surpreenderam a mulher do labrador Joaquim José Pereira. Ao sair da casa para ir ao rio buscar água, viu ela um enorme bugre, completamente nu, apenas a 20 ou 30 metros de distância, que se aproximava da sua filhinha de 6 anos de idade que então brincava no terreiro.

Não perdendo a coragem, a mulher voltou correndo para casa e lançou mão de uma espingarda de caça, que, felizmente, se encontrava atrás da porta e carregada, voltou apressadamente ao terreiro e disparou contra o peito do bugre a carga de chumbo picado mesmo assim, o silvícola conseguiu fugir pelo mato a dentro, deixando no terreiro e na capoeira por onde passou vestígios de sangue.

Alguns vizinhos do Pereira, logo em seguida, reuniram-se para ir em busca do corpo, porém não o encontraram. Dois dias depois veio do Desterro um destacamento de militares para bater o mato e afugentar os índios da Estrada Dona Francisca. (FICKER, 1973, p.208-209)

Nota-se por tal relato, que as armas faziam parte do cotidiano do colono e que toda sua família manuseava bem as armas de fogo, ainda podendo se ter noção de que as mesmas na maioria das vezes estavam carregadas para o caso de precisar. O destacamento chamado foi para a região, mas não chegou a tempo, assim não mais encontrando rastros dos indígenas em tal ocasião. Voltando aos relatos de ZIPPERER podemos ver que, enquanto ele foi contratado para ir em direção ao sul do estado demarcar os limites das terras da companhia colonizadora encontrou resquícios de um acampamento indígena.

No decorrer deste serviço encontramos, abandonados à beira de um riacho, dezessete ranchos de bugre, com indícios evidentes de uma retirada recente destes, como fossem, brasas quentes nas proximidades de um dos ranchos, além de arcos quebrados e flechas.

O que despertou o nosso maior interesse, foi um balde trançado com taquara e revestido com cera de abelha silvestre, que preenchia, assim, perfeitamente a sua finalidade. (ZIPPERER, 1951, p. 25)

Esse relato mostra que os trabalhadores se encontraram com um local deixado por um grupo grande de indígenas, com um número de 17 casas de bugres como, eles mesmos chamaram. A possível numerosidade de indígenas próximos deixou todos em alerta, como o próprio relato diz ainda havia brasa no chão onde antes houve a fogueira, assim mostrando que fazia pouco tempo que os indígenas haviam deixado aquele local, ainda continua o relato explicando:

Como estávamos no inverno, havia, ao redor das palhoças, montões de casca de pinhão, fruto que servia de alimento aos indígenas. Também não faltaram ossos de anta e de pássaros, que vinham provar, que os bugres, com os seus

arcos e flechas, eram caçadores bem mais eficientes do que nós, que usávamos a pólvora e o chumbo. Das penas de aves, jogadas, constatamos, nítidamente, que em sua maioria eram as da jacutinga, que também já conhecíamos como caça saborosa. (ZIPPERER, 1951, p.25)

Finaliza o relato ainda descrevendo a organização e o modo como eram construídas as casas que encontraram.

As palhoças dos aborígenes consistiam numas armações muito primitivas e destinadas, ao que me parece, a uma utilização sempre temporária. Escolhiam quatro árvorezinhas apropriadas, distantes entre uns três metros, desganhavam os troncos, vergavam-nos de encontro uns aos outros, com a taquara uniam os topos e cobriam com a folha de sapé, ou de papanduva, esta espécie de pequena pirâmide, que mal abrigava contra as intempéries. Agrupavam-nas de quatro em quatro, de maneira que contamos quatro grupamentos distintos de palhoças, naquele aldeamento que me referi. (ZIPPERER, 1951, p.25)

Com cuidado aos detalhes o escritor passou para o papel tudo que viu ali, mas pelo espanto com tamanha obra que os indígenas haviam feito no meio daquela mata fechada, assim acabou por guardar uma memória valiosa. Quando se trata de escritos sobre os indígenas pelo colonizador, acentuando ainda mais a presença dos Xokleng/Laklãnõ no alto da Serra Dona Francisca e mostrando que esse povo teve um grande contingente de indivíduos, que transitavam por toda aquela região e na maioria das vezes fizeram isso sem serem detectados pelos colonos, mesmo assim os colonos sempre tinham o medo habitual de se encontrarem com um ou outro “bugre” que estivesse andando pelo mato e do enfrentamento que isso geraria, assim como também o indígena que ao ver o colono chegando ia adentrando cada vez mais a mata tentando manterem-se escondidos e a salvo do colono.

3.3 Senhor Antonio e alguns relatos sobre o contato com os Xokleng/Laklãnõ no recém-fundado município de Campo Alegre

Na busca de informações sobre pessoas que conviveram ou tiveram contato com os Xokleng/Laklãnõ andei pelo interior pesquisando dentre meus familiares. Buscava se alguém dentre eles saberia algum relato, história ou mesmo algo que tenha ouvido para me contar sobre os indígenas na região. Todos sempre me contavam um pouco do que tinham ouvido dos mais velhos, de gerações passadas e diziam: “Fale com meu pai” ou

então “Fale com seu tio”, sendo esse a mesma pessoa. A escolha do entrevistado acabou por ser óbvia, já que a todas as pessoas a quem perguntei me recomendaram entrevistar uma pessoa da região, conhecido por ser mais velho e ter vivido o bastante para falar sobre o assunto. Como diz CORRÊA sobre a escolha do entrevistado:

a escolha dos entrevistados, dentro das determinadas classes sociais ou de trabalho, faria com que uma simples técnica de preparação de documento, que é, em síntese, a História Oral, desse rumo e decidisse os assuntos a serem estudados (1995, p. 64).

Senhor Antonio Jargas é o patriarca de uma família que vive no interior de Campo Alegre. O senhor Antonio já tem 78 anos de idade, nasceu em Campo Alegre, onde seus pais juntamente com alguns amigos e familiares compraram terras na região conhecida hoje como Corredeiras, uma localidade de Campo Alegre. Quando questionado sobre os primeiros colonos a ocuparem a região, senhor Antonio dá a lista dos nomes dos mesmos:

Pergunta: E o senhor sabe quem foram os primeiros colonos que vieram para esse lugar? Os nomes deles? Quando que foi?

Resposta²¹: quando eu não sei, não posso dizer, sei os que vieram primeiro. João Oleskowski, Adalbeto Dranka Valentim Jargas (pai do Sr. Antonio), João Knopick.

Senhor Antonio conta que nas terras que eram de seu pai e que hoje lhe pertencem, os indígenas passavam com alguma frequência, diz ainda que mantinham certo acordo de respeito onde uns não entravam no caminho dos outros, assim sempre tendo um respeito e uma distância segura por ambos os lados, distancia e respeito que acabaram por valer muito, assim conseguindo até mesmo trocas com o povo indígena que por ali transitava. Quando indagado sobre o contato relata:

Pergunta: E nesse tempo que o senhor está vivendo aqui. O Senhor já teve algum contato com os índios, os indígenas que viviam nas proximidades, passavam por aqui?

Resposta: Eu não, mas meu pai falava que ele tinha contato, antigamente eles passavam aí.

Pergunta: O senhor quer contar um pouquinho para nós? Do que lembra que o pai do senhor falou?

Resposta: É. Diz que eles se deram bem. Quando eles traziam uma coisa eles deixavam um sal. Alguma coisa para eles e eles sempre traziam carne do mato, depois.

²¹ JARGAS, Antonio. Entrevista concedida a Aaron Fernando de Paula em 22/11/2015. Campo Alegre/SC.

Pergunta: Daí eles faziam uma troca então?

Resposta: Não, é que eles faziam assim, ele deixava e eles traziam.

Como diz no trecho acima nessa localidade colono e indígena se deram bem em partes, um respeitando os limites do outro sem muito insistirem por um contato forçado ou tentar expulsar o outro da região onde estava. A localidade de Corredeiras até o presente dia é rural e tem grandes matas, poucas estradas e poucos moradores, na época quando esses contatos aconteciam Sr. Antonio ainda era criança, o local era menos habitado por pessoas, tal fato ajudou na convivência pacífica, pois, existiam muitos locais ainda para os indígenas viverem e quando passavam pelas propriedades faziam uma espécie de troca, deixando um pouco da carne de caça ou algum objeto por eles confeccionado e em troca levavam um pouco de sal ou farinha que o colono deixava sempre em um mesmo local como uma oferta de paz e coexistência na região. Para essa família, nessa localidade funcionou bem, se comparado aos demais relatos já citados de famílias que tinham suas terras assaltadas e confrontavam a tiros os indígenas que aparecessem.

O Sr. Antonio nos conta que enquanto sua família confeccionava um pequeno paiol²², um grupo de indígenas apareceu por lá e começou a tirar pinhão de uma das araucárias que estava no terreno de seu irmão. Na região existiam e até hoje, ainda existem muitas araucárias que todo ano nos meses de junho e julho dão o pinhão, embora nos dias atuais o número de árvores é muito menor que no início da colonização, quando se encontravam as matas extensas preservadas:

Pergunta: Aham. Tava me contando a história do, do... Que eles vieram e tavam fazendo o paiolzinho alí, não sei se o senhor...

Resposta: É, esse foi no terreno do meu irmão. Ele tava fazendo um paiolzinho e aí eles vieram e bem a par do paiol alí e tavam derrubando pinhão daí.

Pergunta: Aham.

Resposta: Mas assim, mal não fizeram nada para ninguém.

Pergunta: Eles só passaram mesmo, pegaram os pinhão...

Resposta: É, passaram, pegaram os pinhão e foram embora.

Diante deste relato, pode-se notar que existia certo nível de confiança de ambas as partes dentro das terras da família Jargas, não se relatam o espanto ou estranhamento

²² Construção feita para armazenar cereais provenientes da lavoura, assim como ferramentas e outros objetos relacionados a lida no campo.

de nenhuma das partes que estiveram muito próximas naquele momento. Cada um dos lados respeitou o outro, continuou em sua empreitada e ao final continuou seu caminho sem problemas que viessem a ser ocasionados por atos hostis de qualquer indivíduo. Essa história infelizmente não se repetiu pela região, que já estava em um grande enfrentamento e na caça ao indígena, com todas suas políticas e métodos para afastar os mesmos. Vemos nesse relato um dos poucos casos diferentes dentro da região, onde vemos a possibilidade de uma coexistência pacífica, quando mesmo indígenas e não indígenas que não compartilhavam do mesmo idioma conseguem através de gestos manter uma linha imaginária de respeito e preservar assim relações, sem a fala e sem a comunicação direta. BURKE trata dessas trocas e relações:

Primeiro, uma das mais empolgantes pesquisas correntes em história cultural se realiza nas fronteiras – fronteiras do assunto, fronteiras europeias. Segundo, esse trabalho nas fronteiras talvez sirva como inspiração para o resto de nós. Se nenhuma cultura é uma ilha, nem mesmo o Haiti ou a Grã-Bretanha, deve-se ser possível empregar o modelo de encontro para estudar a história de nossa própria cultura, ou culturas que devemos considerar variadas em vez de homogêneas, múltiplas em vez de singulares. (BURKE, 2006, p.257)

Se encarada como múltipla, nossa cultura tem valor muito maior do que como homogênea, respeitando as diferenças que todos temos podemos coexistir sempre mantendo o merecido respeito. Assim como foi no caso da família do Sr. Antonio, também se pode fazer válida no dia a dia a ideia das inter-relações, das trocas e do respeito mútuo, vindo a somar para a sociedade e para os que nela habitam. Nesse relato os indígenas não são colocados como maus ou selvagens ou desordeiros, mas sim como indivíduos que passavam pela região, tinham suas características e seu modo de agir, sendo respeitados pelos colonos que ali viviam e em troca respeitando-os da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que a história da região abordada mascara a presença do indígena no seu período colonial, assim reforçando a ideia de um vazio demográfico anterior ao colono, invisibilizando o indígena em toda a região. Os livros abordados são edições comemorativas de aniversário da cidade, assim enaltecendo apenas o colono e a dificuldade que teve para se estabelecer na região, como domou a natureza e do seu próprio esforço construiu a cidade. Sobre os indígenas os livros reservam alguns parágrafos, pequenas frases e sempre os chamando de bugres ou selvagens, nada se fala sobre a expulsão dos mesmos da área ou ainda, que sim, existiam seres humanos vivendo naquela região no período anterior à chegada do colono.

O indígena foi visto como um ser que passava pela região e não que a habitava. Os relatos sempre falaram de grupos que passavam pela região, de casas de bugres abandonadas no meio do mato ou ainda de artefatos encontrados. O nomadismo do povo Xokleng/Laklãnõ não era entendido pelos colonos, que tinham a cultura de propriedade privada, muito diferente da dos Xokleng/Laklãnõ, que transitavam por toda a região, mas que entendiam essa região como seu território.

Os documentos e relatos utilizados, assim como as memórias, provam que naquela região existiam indígenas, que tinham sua cultura, suas peculiaridades e que se entendiam como verdadeiros donos daquela terra. Os conflitos que ocasionaram na quase destruição da cultura desse povo se mostram baseados e apoiados no governo que apenas visava o bem estar do colono, desprezando qualquer valor que o povo indígena tivesse e pudesse agregar à sociedade. Sua sociedade apenas por ter moldes diferentes dos habituais para a época foi tachada como uma sociedade de selvagens, os contatos se deram através da força e do estranhamento por ambas as partes. O indígena era caçado, morto, exposto e tratado como o diferente que não podia se integrar, não se deveria ter contato com o mesmo, sempre que os visse o colono devia os expulsar ou afugentar, com os meios que lhe fosse cabível, como por exemplo, com armas de fogo.

É evidente que na região, o indígena foi tratado como um entrave ao progresso do país, como um peso que deveria ser liquidado ou ao menos que não atrapalhasse o crescimento nacional. A negação da existência dos mesmos se fez escrevendo uma história de uma região branca, onde tudo começou na colonização, todo acontecimento anterior ou paralelo a esta deveria ser deixado de lado, ser esquecido ou mesmo ser suprimido pela nova cultura que estava sendo implantada na região.

Com os documentos e ainda o relato obtido de um colono, a pesquisa mostrou a existência do indígena na região, os contatos e as consequências que os mesmos tiveram para os dois lados. Salientando a existência do indígena na época e na região a pesquisa procurou valorizar e dar o enfoque merecido ao povo indígena Xokleng/Laklãnõ. Reafirmando sua presença e como foram expulsos e empurrados para regiões que não entendiam como suas pelos colonos, assim entrando em conflitos com outros povos, vendo seus territórios cortados e diminuídos também sentiram a caça e a coleta de alimentos diminuírem, seus caminhos da passagem se transformaram em terrenos cercados com casas e moradores que antes não estavam ali. Desse modo a pesquisa visou mostrar e salientar a presença do indígena na região acima da serra sendo anterior ao colono e como sua história lhes foi negada por muitas décadas.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Livro de atas da Câmara municipal de São Bento do Sul 1920-1930. Acervo Arquivo histórico de São Bento do Sul/SC.

Livro de código de posturas de São Bento 1920-1930. Acervo Arquivo histórico de São Bento do Sul/SC.

Livro copiador da correspondência do Domínio D. Francisca 1870-1899.

Livro copiador nº 290. Acervo: Arquivo histórico Municipal de São Bento do Sul/SC

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Fala que o presidente da província de Santa Catarina dirigiu a Assembleia Legislativa, na abertura da terceira sessão da Primeira Legislatura Provincial, em 1º de março de 1837.

ZIPPERER, Josef. **São Bento no Passado:** Reminiscências da época da fundação e povoação do município. Curitiba: Tipografia João Haljpt e Cia Ltda., 1951.

Bibliografias

BALDUS, Herbert. **Ensaio de etnologia brasileira.** 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979, 214p. (Brasiliana, 101)

BITTENCOURT, Libertad Borges. Cidadania Multicultural, Biodiversidade e Identidade Indígena. In: SERPA, Élio Cantalício; SALOMON, Marlon. **Escritas da História: Cultura e Política.** Goiânia: Editora da UCG, 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012.

BURKE, Peter. **Variedades da História Cultural.** Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2006.

COPANS, Jean; TORNAY, Serge; GODELIER, Maurice; BACKÈS-CLÉMENT, Catherine. **Antropologia:** ciência das sociedades primitiva? Lousã: Tipografia Lousanense, 1974.

CORRÊA, Carlos Humberto P. História Oral: considerações sobre suas razões e objetivos. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Reintroduzindo História Oral no Brasil.** São Paulo: USP, 1996.

- CRENDO, Jair Ghoguin. **O Espaço Tradicional Xokleng/ Laklãnõ. 2015.** 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- FICKER, Carlos. **São Bento do Sul: Subsídios para sua história.** Joinville: Imprensa Ipiranga, 1973.
- GAKRAN, Nanbla. **Elementos Fundamentais da Gramática Laklãnõ. 2015.** 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística – Ppgl, Depto. de Linguística, Português e Línguas Clássicas – Lip, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- KORMANN, José. **São Bento do Sul.** Rio Negrinho: Rio Negrinho, 1990.
- MABILDE, Pierre François Alphonse Boot. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul: 1836 - 1866.** São Paulo: Ibrasa, 1983. Coordenação de May Mabilde Lague; revisão de Eivlys Mabilde Grant.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Alguns dados para a História recente dos índios Kaingang. In: Grunberg, Georg (Coord.). **La situación del Indígena em América situación del Indígena em América del Sur del Sur.** Montevideo, Tierra Nueva, 1972, p. 381-419.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; VIEIRA, Edna Elza. A ocupação do espaço. In. KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. **Rio do Sul: Uma história.** Rio do Sul: Editora da UFSC, 1999.
- PERES, Jackson. Entre o litoral e o Planalto: o nomadismo Xokleng e sua trajetória de contato (1850- 1914). In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. **Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate.** Porto Alegre: Pallotti, 2012.
- PFEIFFER, Alexandre. **São Bento na Memória das Gerações.** São Bento do Sul: São Bento do Sul, 1916.
- PIAZZA, Walter F; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: História da gente.** 2. ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os Grupos Jê em Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1963.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1997.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação**: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, in M. C. Maio e R.V. Santos (orgs.), *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / CCBB 1998.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOARES, Maria Elita. **São Bento do Sul**: Sua história seus documentos. Florianópolis: Bordin Brasil, 1992.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

Entrevistas/Colaboradores

JARGAS, Antonio. Entrevista concedida a Aaron Fernando de Paula em 22/11/2015. Campo Alegre/SC.